UNIVERSIDADE SÃO PAULO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

JOSÉ LEANDRO CIOFI

Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental

Orientador: Prof. Dr. Roni Cleber Bonizio

RIBEIRÃO PRETO
2010

Reitora da Universidade São Paulo
Prf.a Dr.a Suely Vilela

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior

Chefe do Departamento de Pós Graduação em Contabilidade
Prof. Dr. Alexandre Assaf Neto

JOSÉ LEANDRO CIOFI

Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental

JOSÉ LEANDRO CIOFI

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade

Orientador: Prof. Dr. Roni Cleber Bonizio

**RIBEIRÃO PRETO
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ciofi, José Leandro

Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental.

Ribeirão Preto, 2010.

110 p

Dissertação de Mestrado apresentada à faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP.

Área de Concentração; Controladoria e Contabilidade

Orientador: Bonízio, Roni Cleber.

1. Sustentabilidade. 2. Rentabilidade 3. Celulose e Papel

ERRATA

(CIOFI, JL). **Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental.** 2010. 102 páginas. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
Capa	02	Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Capa	03	Departamento de contabilidade e Atuária	Departamento de Contabilidade
Contracapa	05	Alexandre Assaf Neto	Dr.a Adriana Maria Procópio de Araújo
Contracapa	02	Dr.a Suely Vilela	Dr. João Grandino Rodas
26	17	amostra final	população
29	05	índice de retorno sobre ativos	return on assets
71	19	quadros	tabelas
72	02	quadro	tabela
79	03	informou	contemplou

Demais observações:

i) **Abstract** – não consta título em inglês. Considerar:

An investigation of the level of sustainability in companies on cellulose and paper segment and the influence of financial information on quality of environmental and social disclosure. 2010.

ii)

Página
67

Tabela
Tabela 21

A tabela correta é:

Tabela 21- Ranking de Desempenho

Ano 2007		Ano 2008	
Empresa	Pontos	Empresa	Pontos
IRANI	8,5	VCP	9,0
SUZANO	7,7	IRANI	8,0
ARACRUZ	7,6	SUZANO	7,8
VCP	7,2	ARACRUZ	6,6
ORSA	4,8	ORSA	5,9
KLABIN	4,2	KLABIN	5,9
CENIBRA	2,9	CENIBRA	4,1

FONTE: Elaborado pelo autor

Visto Orientador: _____

Ao longo dos últimos dois anos convivi com a dúvida se era possível concluir um mestrado ao mesmo tempo em que se ingressa intensamente no mercado de trabalho. Desde as entrevistas e ao longo de cada disciplina a resposta não era tão clara. Enquanto se faz a graduação, cultiva-se relacionamentos com diversos agentes da universidade, professores criam e expectativas diversas e a cada dia, todos, sem exceção, acabam depositando ao menos uma gota de expectativa em cada um de nós.

Escolhe-se pela pós graduação e começam novas batalhas, estas, mais ácidas: o trabalho hesita em acreditar, os velhos professores surpreendem-se com nosso absenteísmo; o cansaço toma conta da mente de tal maneira que em alguns momentos é preciso decidir entre nós e nosso sucesso; a família questiona a viabilidade de nossas escolhas; os amores se perdem ao longo da espera. E o que sobra é um projeto de preferência bem sucedido para exibir a todos aqueles que questionaram “a viabilidade de nossas escolhas”.

Não faço desse projeto um ícone para me distinguir de meus colegas de sala, de meus colegas profissionais ou de meus familiares. Faço deste trabalho apenas um cartão de visita de uma empresa que acaba de ser criada, com estruturas e filosofias que ainda precisam ser trabalhadas. Faço deste trabalho um suspiro, um degrau entre tanto outros que virão, uma amostra de que é possível dar andamento às nossas mais genuínas escolhas.

Agradeço a Deus por ter-me conduzido a todos os lugares em que tive vontade, certos ou errados. Agradeço a Deus pelas noites em que me deu sono, pelos dias em que me deu força, pelas tardes em que não me deixou desistir.

Agradeço aos meus familiares, que com todo esforço me deram a chance de escolher mais uma vez. Agradeço à minha mãe Sonia que me escondeu das turbulências, que me manteve longe de tudo aquilo que pudesse me desviar dos objetivos. Mal sabe ela que esse tempo todo eu soube o quanto ela quis me ligar para desabafar, para me mandar parar tudo, para me pedir que pagasse todas as minhas contas... mas ela agüentou firme.

Agradeço aos meus irmãos Sandra e Paulo pelo interesse, pelo orgulho. Agradeço à Sandra por me dizer em minha formatura “Você é tudo o que eu sonhei para você”. Agradeço ao Paulo por me dizer: “Fio, tem um quarto na minha casa para você”. Agradeço ao meu pai por ser intelectualmente tudo o que eu queria ser (e por ele ter começado a acreditar em Deus).

Agradeço à Dr.a Maisa por ter me encaminhado e me incentivado a continuar nesta pesquisa e espero que ela me perdoe por qualquer falha que eu possa ter cometido nessa caminhada. Agradeço ao Roni, meu orientador eterno, meu orgulho. Ele sem dúvida é uma das razões para eu ter ingressado no mestrado. Agradeço à Thaisa por estar ao meu lado enquanto eu concluo minha dissertação.

Agradeço ao meu chefe Fernando por ter permitido que eu trabalhasse e fizesse mestrado, sem nunca questionar o meu trabalho.

Arrependimentos, eu tive alguns
Mas então, de novo, tão poucos para mencionar
Eu fiz, o que eu tinha que fazer
E eu vi tudo, sem exceção

Eu planejei cada caminho do mapa
Cada passo, cuidadosamente, no correr do atalho
Oh, mais, muito mais que isso
Eu fiz do meu jeito

(Frank Sinatra – My Way)

Resumo

CIOFI, José Leandro. **Uma investigação nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEARP-USP). Ribeirão Preto, 2010.

O conceito de sustentabilidade tem sido discutido em âmbito mundial e influenciado de modo crescente as decisões de mercado nos mais diversos países. As nações, os governos, as corporações, os gestores e os cidadãos tiveram suas posturas e questionamentos ampliados sob os pontos de vista econômicos, sociais e ambientais. A propagação de uma geração “verde” não somente afetou questões ambientais como também transformou as informações de enfoque sustentável em importantes direcionadores ao mercado. Em meio a este cenário, as corporações dos mais diversos segmentos passaram a ter de criar mecanismos de comunicação com toda sua gama de interessados, de maneira a consolidar suas posturas e divulgar práticas responsáveis em toda a sua cadeia produtiva e operacional. Ao mesmo tempo em que as entidades priorizam geração de riqueza ao acionista, a influência do conceito de sustentabilidade impulsionou os gestores a justificarem os meios para se chegar ao lucro, desde a extração da matéria-prima até a expedição dos produtos acabados. Observava-se, neste contexto, que começam a surgir as primeiras distinções entre as empresas. Face à indagação sobre quem faz mais e as condições necessárias para isso, surgiu o objetivo deste trabalho: investigar o nível de responsabilidade socioambiental das empresas do setor de papel e celulose. Haverá a apuração do nível de aderência das empresas do setor de papel e celulose ao modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI*; e a confrontação deste nível de aderência com informações financeiras apresentadas pelas companhias da amostra, como faturamento, endividamento, custo da dívida e eficiência na geração de recursos, visando verificar se é possível estabelecer relação entre estas variáveis. Das empresas afiliadas à Associação Brasileira de Papel e Celulose - Bracelpa, sete possuem relatório de sustentabilidade e dados financeiros disponíveis para o público, razão pela qual foram tomadas como elementos deste estudo. A presente pesquisa tem como base de informações os Relatórios Anuais de Sustentabilidade analisados nos períodos de 2007 e 2008, bem como os Relatórios de Administração dos mesmos períodos. Além dos relatórios mencionados, também foram extraídas informações dos *websites* das companhias. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória-descritiva realizada com base em análise documental. Concluiu-se que as relações previstas não foram confirmadas pelo conjunto dos elementos que compuseram a amostra e, ainda que as empresas selecionadas tenham apresentado evolução na confecção de seus relatórios, a transparência poderia ser maior.

Palavras Chave: sustentabilidade, rentabilidade, celulose e papel.

Abstract

The concept of sustainability has been discussed worldwide and increasingly influenced by the decisions of the market in different countries. Nations, governments, corporations, managers and citizens have had their positions and questions under the expanded views of economic, social and environmental. The spread of a "green" generation has affected not only environmental issues but also become the focus of development information important drivers in the market. In this scenario, corporations of several segments have been given to establish mechanisms of communication with all its range of stakeholders, to consolidate their positions and disseminate responsible practices throughout their supply chain and operational. While the controllers give priority to wealth creation for shareholders, the influence of sustainability spurred managers to justify the means to get to profit from the extraction of raw materials to shipment of finished products. It is observed, in this context, that begin to appear the first distinctions between companies. Faced with the question of who does it more and the necessary conditions for this, came the objective of this work: to investigate the level of environmental responsibility of companies in the pulp and paper. There will be the determination of the level of compliance of companies in the pulp and paper model of the sustainability report of the Global Reporting Initiative - GRI, and the confrontation of this level of compliance with financial reporting by companies of the sample, such as billing, debt, cost of debt and efficiency in the generation of resources to verify whether it is possible to establish the relationship between these variables. Of companies affiliated to the Brazilian Association of Pulp and Paper - Bracelpa, seven have sustainability report and financial data available to the public why it was taken as evidence of this study. This research is based on information from the Annual Reports Sustainability analyzed the period 2007 and 2008 and the Annual Reports s of the same periods. In the reports mentioned, were also extracted information from the websites of companies. This is a search for exploratory-descriptive study based on documentary analysis. It was concluded that the contemplated have not been confirmed by all the elements that made up the sample and, although the selected companies have made progress in making their reports, transparency could be higher.

Keywords: sustainability, profitability, paper and cellulose.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.2 Responsabilidade Social.....	18
1.3 Governança Corporativa	20
1.4 Referência Bibliográfica	22
1.5 Problema de Pesquisa.....	23
1.6 Justificativa	23
1.7 Objetivos	25
1.7.1 Objetivos Gerais.....	26
1.7.2 Objetivos Específicos.....	26
1.8 Metodologia	26
1.8.1 Aspectos metodológicos da formação da amostra	26
1.8.2 Aspectos metodológicos da pesquisa	26
1.9 Pressupostos	28
1.9.1 Fundamentação dos Pressupostos	28
1.10 Marco Teórico	30
1.10.1 Teoria da Legitimidade e Teoria dos <i>Stakeholders</i>	30
2. SUSTENTABILIDADE.....	34
2.1 Índices de Sustentabilidade	34
2.2 Relatórios de Sustentabilidade	34
2.2.1 IBASE	35
2.2.2 GRI.....	35
3. AVALIAÇÃO GERAL DO CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS	38
3.1 Definição de conteúdo.....	38
3.2 Qualidade	40
3.3 Limite	41
3.4 Caracterização da empresa e gestão	43
3.4.1 Perfil.....	43

3.4.2 Estratégia e análise.....	43
3.4.3 Perfil Organizacional	44
3.4.4 Parâmetros para o relatório	46
3.4.5 Governança, compromissos e engajamento	48
3.5 Abordagem de gestão e indicadores de desempenho econômico	51
3.5.1 Desempenho Ambiental	53
3.5.2 Desempenho Social	56
3.6 Síntese	60
4. RESULTADOS FINANCEIROS CONFRONTADOS COM DESEMPENHO AMBIENTAL.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	94
Apêndice I.....	97
Apêndice II	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conteúdo: Análise do Período de 2007	36
Tabela 2 - Conteúdo: Análise do Período de 2008	36
Tabela 3 - Qualidade: Análise do Período de 2007	38
Tabela 4 - Qualidade: Análise do Período de 2008	38
Tabela 5 - Limite: Análise do Período de 2007	39
Tabela 6 - Limite: Análise do Período de 2008	39
Tabela 7 - Perfil: Análise do Período de 2007	41
Tabela 8 - Perfil - Análise do Período de 2008	41
Tabela 9 - Perfil Organizacional: Análise do Período de 2007	42
Tabela 10 - Perfil Organizacional: Análise do Período de 2008	42
Tabela 11 - Parâmetros para o Relatório: Análise do Período de 2007	44
Tabela 12 – Parâmetros para o Relatório: Análise do Período de 2008	44
Tabela 13 – Governança, compromissos e engajamento: Análise do período de 2007	47
Tabela 14 – Governança, compromissos e engajamento: Análise do período de 2008	47
Tabela 15 - Econômicos: Análise do Período de 2007	49
Tabela 16 – Econômicos: Análise do período de 2007	50
Tabela 17 – Ambientais: Análise do Período de 2007	52
Tabela 18 – Ambientais: Análise do Período de 2008	53
Tabela 19 – Sociais : Análise do período de 2007	55
Tabela 24 - Normalização do Índice ROA em 2008	72
Tabela 20 – Sociais: Análise do Período de 2008	56
Tabela 21 – Ranking de desempenho	64
Tabela 22 - Informações financeiras das empresas de papel e celulose em 2007	68
Tabela 23 - Informações financeiras das empresas de papel e celulose em 2008	69
Tabela 24 - Normalização do Índice ROA em 2008	73
Tabela 25 - Informações Financeiras de Aracruz Celulose e Papel S.A em 2007	73
Tabela 26 - Informações Financeiras de Klabin S.A em 2007	75
Tabela 27 - Informações Financeiras de Klabin S.A em 2008	76
Tabela 28 - Informações Financeiras de Suzano Papel e Celulose S.A em 2007	77
Tabela 29 - Informações Financeiras de Suzano Papel e Celulose S.A em 2008	78

Tabela 30 - Informações Financeiras de Cenibra - Celulose Nipo Brasileira S.A em 2007	79
Tabela 31 - Informações Financeiras de Cenibra - Celulose Nipo Brasileira S.A em 2008 ...	80
Tabela 32 - Informações Financeiras de VCP - Votorantim Celulose e Papel em 2007.....	80
Tabela 33 - Informações Financeiras de VCP - Votorantim Celulose e Papel em 2008.....	81
Tabela 34 - Informações Financeiras de Orsa S.A em 2007	82
Tabela 35 - Informações Financeiras de Orsa S.A em 2008	82
Tabela 36 - Informações Financeiras de Celulose Irani S.A em 2007	84
Tabela 37 - Informações Financeiras de Celulose Irani S.A em 2008	85
Tabela 38 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki).....	85

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Somatório de Pontos de conteúdo, qualidade e limite de 2007.....	58
Gráfico 2 – Somatório de pontos de conteúdo, qualidade e limite de 2008.....	59
Gráfico 3 – Somatório de pontos de perfil de 2007.....	60
Gráfico 4 – Somatório de pontos de perfil de 2008.....	60
Gráfico 5 – Somatório de pontos de governança, compromissos e engajamento de 2007.....	61
Gráfico 6 – Somatório de pontos de governança, compromissos e engajamento de 2008.....	61
Gráfico 7 – Somatório de pontos informações econômicas de 2007.....	62
Gráfico 8 – Somatório de pontos informações econômicas de 2008.....	62
Gráfico 9 – Somatório de pontos informações ambientais de 2007.....	63
Gráfico 10 – Somatório de pontos informações ambientais de 2008.....	64
Gráfico 11 – Somatório de pontos informações sociais de 2007.....	64
Gráfico 12 – Somatório de pontos informações sociais de 2008.....	65
Gráfico 13 – Total: Ranking empresas em 2007.....	66
Gráfico 14 – Total: Ranking empresas em 2008.....	66
Gráfico 15 – Informações Financeiras de 2007.....	70
Gráfico 16 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki) em 2007.....	87
Gráfico 17 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki) em 2008.....	87
 Ilustração 1 – Pilares da Sustentabilidade.....	 15
Ilustração 2 – Estrutura do Relatório <i>GRI</i>	35
Ilustração 3 – Visualização do Ranking.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOVESPA	=	Bolsa de Valores de São Paulo
BRACELPA	=	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CDI	=	Certificado de Depósitos Interbancários
CVM	=	Comissão de Valores Mobiliários
FIPECAFI	=	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras
GRI	=	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	=	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFC	=	<i>International Finance Corporation</i>
ISE	=	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IUCN	=	<i>International Union for Conservation of nature</i>
NA	=	Não Aplicável
ROA	=	<i>Return on Assets</i>
VCP	=	Votorantim Celulose e Papel

1. INTRODUÇÃO¹

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento".
(Platão)

Sustentabilidade é um tema em pleno processo de discussão em esfera social, econômica e acadêmica. Uma variedade de concepções ao longo dos últimos cinquenta anos foram refinadas por importantes pesquisadores e fomentaram cobranças mais rigorosas por parte das sociedade e posturas mais responsáveis por parte das corporações.

Em meados da década de 80 foi promovida uma discussão internacional contemplando paradigmas acerca da sustentabilidade. O Relatório de Brundtland, em 1987, em seu documento denominado Nosso Futuro Comum conceitua sustentabilidade como “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”. A definição, por sua vez, tem sido alvo de diversas discussões, pois ainda não há um consenso universal a respeito deste conceito, que segundo Bellen (2004) reflete os conflitos de interesse existentes acerca do tema.

Dentre as principais indagações face ao ideal ressonante da sustentabilidade, insta a conjectura de que responsabilidade social e sustentabilidade são conceitos idênticos. Em verdade, ambos são conceitos essencialmente complementares. O que se identifica quando se discorre sobre sustentabilidade é a capacidade de produzir com menor impacto ambiental, minimizando o consumo de materiais e gerando um menor montante de resíduos e

¹ Este texto foi revisado de acordo com a Ortografia da Língua Portuguesa (1990), em vigor a partir de janeiro de 2009. O formato obedece as Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Testes da USP (ABNT) de 2009.

subprodutos para o meio ambiente. Ademais, uma corporação efetivamente sustentável pode gerar resultados com a racionalidade na utilização de recursos.

Desde o surgimento das grandes indústrias, no início da Revolução Industrial, as corporações eram idealizadas como disseminadoras de riquezas e o processo de desenvolvimento econômico camuflou os impactos que desde antes eram gerados pelas atividades industriais.

É certo que as indústrias não somente tiveram como ainda têm um importante papel condutor na economia, foram responsáveis por alterar profundamente as condições de vida dos trabalhadores e transformar a configuração dos centros urbanos. Não obstante, o crescimento da indústria concebeu efeitos danosos ao ambiente.

Formalmente, a sustentabilidade passou a ser discutida na mídia a partir da década de 90, em virtude de importantes conferências internacionais. O termo foi criado na Agenda 21 – Eco 92 ocorrida no Rio de Janeiro, conferência em que foi estabelecida a importância de cada país em firmar compromisso global com as questões sócio-ambientais. Tratou-se de um avanço na integração dos papéis do governo, sociedade, ONGs e corporações de modo geral.

A concepção que embasa a sustentabilidade é a consciência de que as entidades são partes integrantes do mundo e não somente agentes consumidores. A ressonância do *crescimento sustentável* recriou um novo papel nas corporações, que passaram, em tese, a dialogar de forma mais transparente com o seu público de interesse.

Ao longo dos anos, ferramentas para se criar um canal de comunicação com esses agentes foram priorizadas, como relatórios anuais e posteriormente relatórios anuais de sustentabilidade. Desse modo, empresas do mundo todo têm visado atender as exigências de seus consumidores por meio da transparência, ética e responsabilidade sócio-ambiental.

Sustentabilidade implica planejamento por parte das entidades de maneira a consumir recursos com eficiência e responsabilidade, gerir impactos no ambiente, estabelecer uma relação harmônica com sua gama de funcionários, gerar riqueza com menos danos ao ambiente e sociedade, prestando contas à todas as classes relacionadas. Em meio a esse

conjunto de fatores, coexistem princípios importantes de Governança Corporativa, Responsabilidade Social e Ambiental.

(Sustentabilidade) “É o processo político, participativo que integra a sustentabilidade econômica, ambiental, espacial, social e cultural, sejam elas coletivas ou individuais, tendo em vista o alcance e a manutenção da qualidade de vida, seja nos momentos de disponibilização de recursos, seja nos períodos de escassez, tendo como perspectivas a cooperação e a solidariedade entre os povos e as gerações” (SILVA, 2006, 132).

Em verdade, o tema em pauta abrange um grupo de temas que sustentam o conceito, conforme ilustração a seguir:

Ilustração 1 – Pilares da Sustentabilidade

FONTE: elaborado pelo autor

Nota-se que no grupo descrito, sustentabilidade não é um conceito isolado e tange tópicos de *Governança Corporativa*, que representa a administração das entidades envolvendo relacionamentos entre acionistas, empregados, conselhos de administração por meio de práticas de transparência e ética, garantindo a continuidade do negócio; *Responsabilidade Social* que se alude à relação direta com empregados e comunidade, transformando a empresa em um cidadão, até se estreitar com o caráter *Ambiental*, que reza uma harmonia entre a corporação e o meio ambiente.

Neste íterim justifica-se aclarar se as entidades estão em consonância com suas obrigações e investigar o nível das informações a toda gama de interessados, de acordo com padrões de divulgação socioambiental. O padrão estabelecido para estruturar as análises foi o

recomendado pela *GRI*². Para tanto, e no decorrer da presente pesquisa, serão estudados os relatórios de sustentabilidade de importantes entidades brasileiras do setor de papel e celulose, com a pretensão de verificar se os preceitos de todo o grupo de teorias que envolvem sustentabilidade estão sendo cumpridos pelas empresas do referido setor.

Nos próximos tópicos são elencados conceitos mais sucintos acerca de Responsabilidade Social e Governança Corporativa.

1.2 Responsabilidade Social

O processo de expansão e desenvolvimento das corporações sempre esteve ligado com a intensificação de investimentos, ampliação de infra-estrutura, aquisição de novas ferramentas tecnológicas e aumento de máquinas e equipamentos industriais. Por consequência, para que todas as atividades produtivas sejam executadas, recursos naturais são consumidos e resíduos poluentes são eliminados deliberadamente na atmosfera.

Em meio a esse contexto, desde a década de 50, discute-se principalmente em países desenvolvidos, o conceito de responsabilidade social empresarial. Em 1953, a publicação de Howard R. Bowen *Social Responsibilities of the Businessman* marca o início da era moderna da literatura sobre o assunto. Bowen (1953), já nessa época, acreditava que as grandes empresas exerciam grandes impactos na vida das pessoas e questionava quais as responsabilidades sociais podiam ser esperadas dos gestores das organizações.

Outra grande contribuição para definir o conceito de responsabilidade social durante os anos 60 foi de Joseph W. McGuire, em seu livro *Business and Society* (1963), o autor apresenta a idéia de que as empresas têm obrigações para com a sociedade, as quais estão além das econômicas e legais; devem ter interesses em políticas, bem-estar da comunidade, em educação e felicidade dos empregados e demais. Portanto, a empresa deve agir, apropriadamente, como um cidadão.

² *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização não-governamental internacional, que desenvolve e dissemina globalmente diretrizes para elaboração de relatório de sustentabilidade. No capítulo 2 será abordada mais sucintamente a descrição desta ONG.

No final dos anos 70, a humanidade começa a se preocupar com a escassez dos recursos naturais em detrimento do aumento da demanda pelo consumo e na transformação de bens. Concomitantemente ao cenário político, social e cultural dessa época, surgiram movimentos ambientalistas que visavam discutir este problema, promovendo encontros e criando novos conceitos sobre meio ambiente e sua gestão (KRAEMER, 2002).

Wartick e Cochran (1985) efetuaram uma revisão literária e incutiram um novo modelo, visando integrar os princípios de responsabilidade social com os *feedbacks* das entidades às demandas sociais e ainda com as políticas sociais desenvolvidas na companhia para gerar um panorama distinto dos esforços da empresa para realizar suas obrigações com a sociedade. Neste modelo a responsabilidade social é tida como base filosófica e ética de orientação das entidades.

Uma importante contribuição para uma definição mais clara e prática de responsabilidade social por parte das corporações é expressa por Carrol (1.999), que divide responsabilidade social em quatro pilares: econômico, legal, ético e discricionário. Este último aspecto indica que as ações de uma empresa que vão além do caráter compulsório, que partem voluntariamente, que são realizadas unicamente por se tratar de uma corporação com compromisso com todos os seus agentes, são, de fato, um provento de responsabilidade social. Por se relacionar com diversos agentes internos e externos, as corporações acabam atuando de maneira a não somente prover valores ou lucratividade, como também em criar um canal que permita um melhor relacionamento com as partes interessadas (*stakeholders*).

Percebe-se que a contribuição de Carrol (1.999) promove uma ampliação do conceito de responsabilidade social, incutindo o compromisso de uma corporação a estender-se a toda gama dos agentes envolvidos no negócio, seja com funcionários, clientes, fornecedores, parceiros, sociedade e ambiente, permeando o papel de responsabilidade social aos conceitos de sustentabilidade.

Em síntese, pode-se afirmar que as corporações, desde o auge do processo de industrialização eram vistas como pilares econômicos e os transtornos por ela gerados eram concebidos como “um mal necessário”. Com o passar das décadas foi-se tomando consciência de que algo poderia ser feito no sentido de reduzir esses impactos, haja vista que os recursos são finitos e

o ambiente como um todo precisa de ajuda. A conscientização da sociedade e *stakeholders* de modo geral, ainda que embrionária, contribuiu para que a postura de grandes corporações fosse questionada. Ao longo de aproximadamente cinco décadas, as empresas continuam com a figura de pilares importantes para economia, muito embora seu papel passa a ser não somente como o de gerar de riqueza, como também de comportar-se como um cidadão com responsabilidade social e ambiental.

Com o aumento da atuação e conscientização da sociedade civil e, a conseqüente, pressão por uma maior responsabilidade socioambiental e transparência das empresas, a relação com *stakeholders* tomou novo rumo, passando a ser “obrigatória” a prestação de contas a diversas partes interessadas (OLIVEIRA, 2002). Nesse contexto, surge a necessidade de se publicar relatórios com informações acerca do desempenho econômico, social e ambiental. No capítulo 2 a importância desses relatórios será discutida mais detalhadamente.

1.3 Governança Corporativa

Como a intenção de toda corporação é continuar gerando resultados positivos, uma importante oportunidade para dar andamento ao desenvolvimento é a alavancagem de seus investimentos não utilizando somente capital próprio, mas também, capital de terceiros diversificados e provenientes de fontes que objetivem estimular a criação de meios sustentáveis. Essa tendência de alavancagem pode ser promovida no intento de se reduzir os custos das dívidas. Os primeiros procedimentos adotados em virtude dos meandros do desenvolvimento é a captação de recursos com custos relativamente mais baixos.

A abertura de capital das empresas foi um importante passo econômico, todavia, essa abertura gera maior responsabilidade para a empresa tendo em vista a multiplicação dos seus financiadores. Surgem então os princípios da Governança Corporativa, que por meio da normatização de procedimentos administrativos, operacionais e contábeis, detém o poder de alterar e controlar toda a estrutura organizacional de uma corporação. A razão da existência desse conjunto de princípios é a adequação da gestão da corporação aos interesses comuns da sociedade, acionistas, governo e outros *stakeholders*, incluindo a divulgação de informações mais transparentes e responsáveis.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a Governança Corporativa baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e ética. Ainda:

“...é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho e administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.” (IBGC, 2009).

A geração de informações, principalmente genuínas e claras, depende de diversas posturas de gestão que envolvem tanto acionistas como os responsáveis pela administração (principais x agentes) e suscita diversos problemas que tangem interesses conflitantes - mais estudados na Teoria de Agência.

Em meio a esse descompasso, a governança corporativa tem o importante papel de mediar e equilibrar esses conflitos para que as informações sejam desprovidas de qualquer interesse particular por parte dos gestores, e conduzir a execução de práticas que são comprometidas exclusivamente com a maximização do negócio.

Os conceitos de governança corporativa, em síntese, foram oriundos de contextos de expansão, captação de recursos e conflitos de agência. Não obstante, a evolução desse assunto adornou o papel da governança em prospectar e otimizar a relação entre a corporação e seus fornecedores, empregados, clientes, governo e concorrentes, além dos investidores.

Ao longo dos últimos anos, muitas empresas passaram a adotar princípios de governança corporativa por razões de intensificar suas interações verticais, expondo uma maior transparência aos seus fornecedores, clientes, e exibindo ao investidor que suas atividades não somente focam a lucratividade como também o comprometimento com a sociedade e ambiente.

Esse tipo de postura contribui com a melhora da imagem da corporação como também denota maior credibilidade, reduzindo o oferecimento de riscos de investimento, haja vista que uma empresa que investe nas esferas sociais, ambientais e faz uso das melhores práticas de gestão

e divulgação, têm menor probabilidade de apresentarem problemas que afetem sua continuidade.

Resta investigar, contudo, se toda a densa responsabilidade exigida seja por agentes exógenos ou endógenos ao processo de transformação das corporações em algum momento suscita conexões com suas informações econômico-financeiras, seja para melhorar a imagem de uma entidade, seja para reduzir impactos financeiros.

1.4 Referência Bibliográfica

Cho e Patten (2007) citam pesquisas realizadas no exterior que relacionaram o desempenho ambiental com o resultado das companhias, ora sob a premissa de que as mais lucrativas estavam mais preocupadas com as ações socioambientais e suas divulgações, ora considerando a hipótese de que as empresas em situações mais críticas é que se preocupariam em divulgar mais informações ambientais, visando impressionar seus *stakeholders*.

Em estudo de Kouhy e Parsa (2001), com base na teoria da legitimidade, foram analisados relatórios anuais de 71 empresas sediadas na Inglaterra, no ano de 1995, com o objetivo de verificar se os seus administradores adotaram alguma das estratégias de evidenciação. Segundo os autores, a evidenciação das informações trata-se de um mecanismo para legitimar seus comportamentos e atuações em resposta a fatores externos.

Nossa (2002) realizou uma pesquisa sobre evidenciação ambiental nas empresas de papel e celulose considerando empresas de vários países e, entre suas constatações estava a identificação das maiores empresas como as que mais divulgavam informações ambientais.

Costa e Marion (2007) realizaram pesquisa sobre a divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis, do exercício de 2004, das empresas de papel e celulose, registradas na Bovespa, compreendendo Aracruz, Irani, Klabin, Melhoramentos, Melpaper, Ripasa, Suzano e VCP. Concluíram que a Aracruz, relacionada entre as de melhor desempenho na revista Conjuntura Econômica, foi a que teve maior volume de divulgação de informações ambientais.

Borba (2005) realizou um estudo empírico chegando a resultados que mostraram, na maioria dos períodos analisados, relações predominantemente nulas utilizando indicadores de desempenho financeiro de mercado ou contábeis e de desempenho social. Todavia, Borba (2005) observou que quando ocorreram relações significantes entre essas variáveis, esta geralmente foi positiva, principalmente quando se utilizou indicadores financeiros contábeis.

Pesquisas de Waddock e Graves (1997) e McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988) contemplam uma relação positiva entre *performance* social corporativa e *performance* financeira. A *performance* social no trabalho de McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988) foi obtida por meio de avaliação na *Fortune Magazine's Annual Survey of Corporate Reputations*. As *performances* financeiras aplicadas nos testes de McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988) foram *performance* de mercado mensurada pelo retorno de mercado ajustado ao risco (alpha) e retorno total. A *performance* Contábil foi baseada no ROA, no total dos ativos, no crescimento nas vendas, no crescimento do Ativo e no crescimento no resultado.

1.5 Problema de Pesquisa

Considerando as transformações econômicas desde o processo de industrialização e a evolução dos conceitos de gestão, a acepção do problema de pesquisa é: as adequações e normatizações que pesam sobre as entidades, de acordo com o que é publicado em termos de responsabilidade social, sustentabilidade e governança corporativa, têm, de fato, relação com as informações financeiras?

1.6 Justificativa

É inegável que a sustentabilidade seja um assunto de extrema importância para todos os setores e tem sido alvo de importantes discussões no que cerne às contribuições das entidades para o futuro da área verde do planeta. Trata-se de uma questão em plena efervescência e ainda embrionária, haja vista que ainda há muito para ser amadurecido sobre o papel de uma corporação, sua postura e conjuntos de ações sustentáveis que tendem a obedecer, em parte, às

exigibilidades legais e, em outra, à política voluntária das entidades em sintonia com seus *stakeholders*.

Em virtude das empresas ainda estarem se adaptando às necessidades de práticas sustentáveis, pode-se dizer que sustentabilidade é um tema em plena transição, e o presente estudo incute um importante alerta aos setores, principalmente ao de celulose e papel: normalmente pode-se acreditar que as maiores empresas de um setor são responsáveis por importantes ações sustentáveis, ou que as empresas que mais crescem (em termos de rentabilidade, lucratividade) são aquelas que mais detêm condições de investir na esfera ambiental, entretanto, os resultados a serem apresentados desmistificam essa idéia.

Ademais, além das ações, a questão da divulgação responsável também é discutida nos meandros desta pesquisa, pois a publicação da informação responsável é um importante canal entre a entidade e seus *stakeholders*. Será mesmo que as empresas têm divulgado abertamente suas sanções e penalidades? Será que as entidades estão abordando as ações obrigatórias com a conotação de voluntárias? Será mesmo que as informações estão atendendo às exigências dos *stakeholders*?

É certo que a ação e divulgação de informações sustentáveis geram respaldo ao mercado, fomentam um convencimento, uma continuidade em gerir as entidades com responsabilidade social.

A presente pesquisa também destaca a necessidade de se ampliar e consolidar a responsabilidade social entre os diversos setores econômicos. O setor de papel e celulose tem estreito relacionamento com o meio socioambiental, e assim sendo, está sujeito à grande pressão dos *stakeholders* para a adoção de princípios de responsabilidade social, ambiental, econômicos e de sustentabilidade do negócio.

Neste sentido, as empresas do setor devem aprimorar suas condutas e demonstrar os resultados auferidos, o que deveria ocorrer em condições de igualdade. A escolha de empresas do mesmo setor visou permitir maior comparabilidade dos resultados. E os parâmetros definidos pela *GRI* foram adotados em função da consolidação e reconhecimento já obtido no mercado pelo modelo. A identificação das principais omissões pode auxiliar na reflexão sobre

as alternativas para melhorar procedimentos operacionais e, também, propor aperfeiçoamentos no modelo utilizado como parâmetro.

Observa-se que os estudos sobre os impactos socioambientais e sobre os esforços para minimizá-los têm sido desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento, inclusive na área de negócios, especialmente, relacionando-os com os setores considerados potencialmente mais poluidores. Encontrar uma relação de causa e efeito pode contribuir significativamente para auxiliar na criação de medidas mitigadoras da degradação do meio socioambiental e, conseqüentemente, na criação de empreendimentos sustentáveis e rentáveis.

O setor de papel e celulose é, oficialmente no Brasil, considerado de alto impacto ambiental (Brasil, lei 10165/2000), dado que seu processo operacional tem uma estreita relação com o meio socioambiental, especialmente, com o ambiental. O plantio das sementes, a manutenção da planta até a fase adulta, o manejo do solo para evitar a exaustão, o abate para evitar o desmatamento prejudicial à fauna e flora, bem como interferências climáticas, os instrumentos de corte e retirada da madeira da floresta, a forma de tratamento dos resíduos da matéria-prima não aproveitada, além dos resíduos químicos utilizados no processamento da madeira e celulose são algumas das fases do processo operacional desse setor que exercem grande influência sobre o meio socioambiental. Assim, dependendo direta e fortemente da exploração do meio natural para desenvolver suas atividades, a pressão dos seus diversos *stakeholders* não poderia ser menor, principalmente, no mercado internacional.

Nessa perspectiva, imagina-se que o setor em questão tenha que realizar um esforço maior para fazer uma conciliação entre o bom resultado operacional e a preservação do meio ambiente e, diante disso, o presente estudo objetiva discutir com maior profundidade as ações sustentáveis de cada entidade e confrontar a qualidade da divulgação de informações socioambientais com o desempenho financeiro de cada uma delas.

1.7 Objetivos

No intento de contribuir com pesquisas que abrangem a discussão ambiental, tendo em vista o problema de pesquisa e os pressupostos a serem discutidos, a seguir, são listados os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

1.7.1 Objetivos Gerais

A presente pesquisa tem o objetivo de investigar o nível de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade das empresas do setor de papel e celulose por meio de uma apuração do nível de aderência das empresas ao modelo de relatório da *Global Reporting Initiative – GRI*.

1.7.2 Objetivos Específicos

Confrontar o nível apurado de aderência com as informações financeiras, medidas pelo faturamento, endividamento, custo da dívida e eficiência de se gerar recursos, apresentados pelas companhias da amostra, visando verificar se é possível estabelecer relação entre estas variáveis.

1.8 Metodologia

1.8.1 Aspectos metodológicos da formação da amostra

A base para definição da amostra é composta das organizações afiliadas à Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) e constantes do site da referida entidade, que tivessem como objetivo operacional específico a produção de papel e celulose, e ainda, cujos dados financeiros e de sustentabilidade estivessem disponíveis ao público nos Relatórios Anuais de Administração como também no portal da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A amostra final totalizou sete companhias: Aracruz, Cenibra, Irani, Klabin, Orsa, Suzano e Votorantim Celulose e Papel (VCP).

1.8.2 Aspectos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa tem a abordagem qualitativa e exploratória-descritiva, pois examina e propõe reflexões sobre os compromissos com a sustentabilidade identificados nos relatórios de companhias contempladas neste estudo, portanto, com uso da análise documental (COLLIS; HUSSEY, 2005). Os resultados obtidos são confrontados com os dados financeiros buscando-se investigar a existência de relação com a aderência aos princípios de sustentabilidade, ou seja, verificando se características como faturamento, endividamento, custo da dívida e

eficiência de se gerar recursos podem influenciar o tratamento das divulgações sustentáveis e socioambientais.

Para análise dos relatórios de sustentabilidade utilizou-se como parâmetro as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, da última versão do modelo *GRI*, ano de 2006. Fato que não invalidou os casos em que outros modelos foram adotados, como a Klabin³, que usou o Sigma e da Cenibra, que apresentou seu próprio modelo, pois todos os relatórios de sustentabilidade foram submetidos aos mesmos critérios de análise.

A análise se constituiu da confrontação do conteúdo dos referidos relatórios com as diretrizes do *GRI*. Para proporcionar maior objetividade na comparação dos resultados foram estabelecidas pontuações para identificar a existência, ou não, da informação, bem como seu grau de profundidade, nos casos em que existiram.

Foi atribuída a pontuação 1,0 nos casos em que a informação estivesse presente; 0,5 em se tratando de informações mais pontuais e superficiais; zero para as situações de ausência de informação e NA (Não Aplicável), quando considerado que não era pertinente à realidade daquela corporação. É importante ressaltar que os itens classificados como NA foram excluídos da base de cálculo, evitando onerar as entidades que não publicaram informações dispensáveis, por exemplo, no quesito “principais alterações no parâmetro do relatório”, as empresas que não efetuaram mudanças não haveriam de publicar nenhuma informação sobre este item, portanto, não poderiam receber pontuação 0,0 em detrimento daquelas que promoveram alterações.

No somatório das pontuações, o volume auferido de pontos foi dividido pelo total de questões respondidas por cada companhia ($\text{pontos} \div \text{número total de critérios} - \text{número de itens pontuados com nomenclatura N.A.}$). O valor obtido foi multiplicado por 10 para que as pontuações oscilassem em uma escala entre 0,0 e 10,0.

³ As empresas publicam anualmente suas informações e divulgam seus relatórios de sustentabilidade em seus *websites*, razão pela qual não foi necessário solicitar autorização para citação.

O rol das diretrizes recomendadas pelo *GRI* encontra-se no apêndice, juntamente com as respectivas pontuações obtidas pelas empresas.

1.9 Pressupostos

A presente pesquisa apresenta os seguintes pressupostos em face à problematização e dos objetivos propostos:

1. O nível de atendimento às diretrizes do *GRI* tem relação com o faturamento, ou seja, quanto maior o faturamento de uma empresa, maior seu nível de atendimento às normas de sustentabilidade.
2. O nível de atendimento às diretrizes do *GRI* tem relação com sua eficiência de gerar recursos, ou seja, quanto maior essa eficiência, representada pelo *Return on Assets (ROA)*, maior o nível de atendimento às normas de sustentabilidade.
3. O nível de atendimento às diretrizes do *GRI* tem relação com o endividamento das corporações, ou seja, quanto maior o endividamento, maior seu nível de atendimento às normas de sustentabilidade.
- 3.1 O nível de atendimento às diretrizes do *GRI* tem relação com o custo da dívida das corporações, ou seja, quanto maior o custo da dívida, maior seu nível de atendimento às normas de sustentabilidade.

1.9.1 Fundamentação dos Pressupostos

O *faturamento* pode estar associado com a aceitação da empresa no mercado, ademais, uma maior exposição traz consigo suscetibilidade de pressão social no sentido de cumprir as diretrizes de sustentabilidade e, para isso, é essencial que a empresa esteja gerando recursos. Dessa forma, acredita-se que a informação contemplando o faturamento possa justificar a qualidade das divulgações ambientais, haja vista que a entidade tem um maior público para prestar contas. Atentas às pressões dos consumidores, as entidades poderiam apresentar uma

predisposição a informar prudentemente suas práticas sustentáveis voluntárias e compulsórias. Faz-se importante mencionar também que, segundo Patten (1.991)⁴ as grandes empresas⁵ tendem a receber mais atenção do público em geral e, em consequência, estão sob grande pressão para mostrarem sua responsabilidade social.

O *índice de retorno sobre os ativos (ROA)* foi adotado sob a premissa de que pode representar uma medida de eficiência na utilização sustentável dos recursos que estiveram à disposição durante o período. A escolha do ROA é fundamentada pelos estudos, mencionados do Referencial Teórico, de McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988), em que o desempenho das entidades foi testado com base neste índice. Acrescenta-se a pesquisa de Aertes e Cormier (2009)⁶, em que os autores também identificam que a variável ROA é utilizada por pesquisadores como *proxy* de desempenho.

Para aquelas empresas que têm um perfil recorrente à busca de concessões de créditos, maiores são as exigências por parte dos credores, haja vista que dificilmente são liberados recursos para empresas que trabalham na informalidade e que não tenham políticas de sustentabilidade e responsabilidade social, justificando-se, assim, a adoção da premissa do *endividamento*. Em meio a esse contexto, sugere-se que em decorrência da busca por créditos, as corporações estão mais propensas a atenderem às diretrizes de sustentabilidade. Como exemplo deste pressuposto, o Banco Itaú, importante banco nacional, lançou, em 2008, linhas de financiamento que favorecem a obtenção de créditos para entidades com responsabilidade socioambiental. É importante frisar também a relevância da publicação dos Princípios do Equador (*Equator Principles*) em 2002, quando o *International Finance Corporation* (IFC), considerado pilar financeiro do Banco Mundial, promoveu encontro de altos executivos mundiais objetivando a exigibilidade de critérios mínimos de sustentabilidade para a concessão de créditos.

Ainda em relação ao endividamento, como este valor é representado por um número absoluto, a presente pesquisa sugere um aprofundamento deste conceito abrangendo não somente o

⁴ As proposições do autor são discutidas com acuidade na seção Marco Teórico deste estudo, no próximo capítulo.

⁵ Neste caso específico, o faturamento pode ser entendido como *proxy* de tamanho de empresa, muito embora outros autores atribuam tamanho a outras características financeiras.

⁶ Os trabalhos dos referidos autores são discutidos mais profundamente na seção Marco Teórico, a seguir.

montante de dívidas, como também a identificação do custo das dívidas (K_i) das corporações em análise.

CIOFI et al (2009) investigaram o endividamento (em termos absolutos) como pressuposto para explicar a qualidade das divulgações socioambientais nas corporações de celulose e papel. Entretanto, o endividamento por si não justificou as pontuações de cada entidade, pois as corporações com maiores dívidas não apresentaram maior qualidade nas divulgações, como era esperado. Nesse contexto, o presente estudo, adicionalmente, visa investigar se o custo das dívidas das referidas corporações justifica a qualidade das divulgações. No capítulo 4, onde a análise financeira é confrontada com a aderência ao *GRI* o custo do endividamento é tratado com maior detalhamento.

1.10 Marco Teórico

Neste tópico são apresentadas duas teorias que estruturam e conduzem a presente pesquisa, como também é discutido como as mesmas se complementam. Primeiramente é tratada a Teoria da Legitimidade, que explica como as corporações buscam legitimar suas ações por meio das informações que são publicadas. Posteriormente é tratada a Teoria dos *Stakeholders*, que foca os usuários das informações e como as entidades se comportam no sentido de prestar contas à gama de interessados em sua continuidade.

1.10.1 Teoria da Legitimidade e Teoria dos *Stakeholders*

A Teoria da Legitimidade, de maior aceitação no mundo acadêmico (Archel Domench e Dallo, 2001), sustenta que as corporações buscam meios de se legitimar diante da sociedade. Esse tipo de abordagem tem sido utilizado para responder questões de pesquisas referentes a desenvolvimento sustentável e ambiental (CAMPBELL; MOORE; SHRIVES, 2006; VILLIERS; VAN STADEN, 2006; DEEGAN, 2002). Seu enquadramento teórico é utilizado na área de Contabilidade Social e Ambiental para justificar porque os gestores divulgam voluntariamente informação social e ambiental.

Para O'DONOVAN (2002), uma entidade pode adotar três estratégias, isoladas ou em grupo, para estender sua legitimidade: 1) adaptar seus resultados, métodos e objetivos para conciliar-se com percepções prevalentes da legitimidade da sociedade; 2) alterar valores da sociedade de maneira a harmonizar as ações atuais da empresa; ou 3) alterar percepção social sobre organização, identificando-se com símbolos institucionalizados ou valores nos quais a entidade tem uma forte base de legitimidade social.

Aerts e Cormier (2009, p.1) investigaram a relação da divulgação ambiental das empresas por meio dos relatórios anuais publicados, e suas pré-publicações (*press-releases*) e a legitimidade ambiental. Os autores afirmam que os referidos instrumentos são utilizados para gerenciar a percepção de legitimidade ambiental dos principais usuários das informações, fazendo-os compreender que os comportamentos das empresas são os adequados ou desejados, ou ainda, visando reagir a pressões relativas a adaptações do processo operacional. Os referidos autores afirmaram que legitimidade está estreitamente associada com percepção e, no caso, a do público relevante. Para os autores, legitimidade está associada com credibilidade, a qual implica haver congruência entre reivindicações e atos. Os autores concluem que a legitimidade ambiental é afetada significante e positivamente pela extensão e qualidade da informação divulgada nos relatórios ambientais. Aerts e Cormier (2009, p.3) referem-se à teoria da legitimidade estratégica, a qual estaria passível de controle pela empresa, de forma que a escolhas estratégicas poderiam ser feitas com vistas a se conduzir à percepção de legitimidade desejada.

Cho e Patten (2007) defendem que a teoria da legitimidade sugere que as empresas utilizam certas informações, como as socioambientais, para direcionar a percepção dos *stakeholders* sobre a empresa, de forma a obter aval para sua continuidade, a partir do convencimento de que estão agindo da forma mais adequada possível. Neste sentido, as empresas com os piores desempenhos ambientais ou com maiores dificuldades para se adaptarem aos procedimentos ecologicamente corretos tendem a evidenciar mais. A gestão corporativa tende a promover incrementos na divulgação ambiental caso perceba que a “legitimidade” da organização se encontra ameaçada pelas preocupações de seu público de interesse.

Nota-se que a Teoria da Legitimidade tende a justificar o comportamento e intenção da divulgação voluntária por parte dos gestores, muito embora a atenção dos mecanismos esteja

voltada aos seus *stakeholders*. Em meio a este contexto, coexiste a Teoria dos *Stakeholders* que, em sua abordagem, a gestão corporativa se baseia no pressuposto de que os processos gerenciais devem considerar demandas que satisfaçam o interesse da diversa gama de interessados no negócio, tais como acionistas, empregados, clientes, fornecedores e comunidade (FREEMAN; McVEA, 2000). Essa teoria oferece um substrato significativo para a existência da responsabilidade social e ambiental das empresas e, conseqüentemente, a adoção de práticas de divulgação de suas atividades sociais e ambientais. Ademais, o poder e interesse de cada grupo de *stakeholder* podem influenciar na escolha de determinadas divulgações em detrimento de outras.

Em se tratando de uma relação com diversos grupos, os interesses podem divergir entre si. Os clientes podem esperar uma maior qualidade nos produtos, um preço acessível, confiabilidade nas informações prestadas. Os empregados podem primar por uma remuneração maior, melhores condições ambientais de trabalho, equipamentos de proteção individual adequados, benefícios, equidade nos tratamentos e oportunidades. A comunidade, por sua vez, questiona o respeito pelo meio ambiente, os danos locais causados por processos de industrialização, qualidade de vida da população local. O governo prima por tributos e fiscaliza o cumprimento de leis e regulamentos. Os fornecedores podem questionar as práticas, procedimentos e políticas de contratos, uso de determinadas matérias-primas. Finalmente os acionistas esperam pela geração de lucro e retorno dos investimentos. Em meio a essa miríade de interesses, os relatórios de sustentabilidade exercem a função de reunir as informações esperadas por todos os grupos, por meio de uma divulgação de informações ambientais, sociais e financeiras transparentes e seguras.

Logo, tem-se que uma característica importante da Teoria dos *Stakeholders* é seu aspecto relacional. Neste sentido Pesquex e Damak-Ayadi (2005) asseveram que a presente teoria configura-se como uma teoria das organizações que propõe um elo relacional, interligando indivíduos, grupo, comunidade, empresa, instituições e o Estado.

Nota-se, portanto, certa analogia entre ambas as teorias e estas são, por vezes e, apesar de suas diferenças, apresentadas como teorias complementares (Gray et al., 1995), sendo conceituadas por O'Donovan (2002) como “teorias sociais”. Dessa forma, enquanto a Teoria da Legitimidade foca o tipo de informação veiculada e na conotação que uma entidade pretende

transmitir, a Teoria dos *Stakeholders* estuda para quem é dirigida a informação socioambiental.

2. SUSTENTABILIDADE

2.1 Índices de Sustentabilidade

Visando reunir e definir comparações entre as empresas que mais estão atentas ao meio ambiente e sociedade, surgem índices com o papel de mensurar e valorar medidas de desenvolvimento sustentável. A partir de avaliações e elaborações de meticolosas demonstrações, é possível estabelecer um *ranking* entre empresas mais sustentáveis.

A característica de sustentabilidade de uma corporação também resguarda uma conotação de prosperidade, o que aumenta o interesse de dispor de bons índices por parte dos gestores e torna notável a posição de solidez no mercado aos olhos dos investidores. Segundo a pesquisa “*Investors Opinion Survey*” da *McKinsey & Co.* (2000), em parceria com o Banco Mundial, os investidores estariam dispostos a pagar entre 18% e 28% a mais por ações de empresas que adotam melhores práticas de administração e transparência.

Em 1999 a Bolsa de Nova York criou o índice *Dow Jones Sustainability*, reunindo as empresas mais sustentáveis com ações negociadas em Nova York. Seguindo o mesmo exemplo, mais países criaram outros índices com o mesmo objetivo: FTSE4Good (*Footsiefor Good*) em Londres na Inglaterra no ano de 2001, o JSE de Johannesburgo na África do Sul em 2003 e, no Brasil, a Bovespa, com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2005.

Todos esses índices são trabalhados no sentido de atribuir valores e divulgar as práticas de desenvolvimento sustentável, comprometimento das corporações com a sociedade e meio ambiente e, para isso, são elaborados importantes relatórios para subsidiar informações e apoiar a fundamentação dos critérios de sustentabilidade.

2.2 Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade podem ser apresentados pelas companhias a partir de informações e modelos próprios. Entretanto, são reconhecidos basicamente dois modelos padronizados de relatórios de sustentabilidade, o que permite a comparação de desempenho e

pontuação entre as empresas, com as devidas limitações e crivos setoriais. Nos itens a seguir são apresentadas descrições de importantes modelos concebidos no Brasil e no mundo:

2.2.1 IBASE

O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é reconhecido e mais utilizado no Brasil, criado em 1997 pelo sociólogo Herbert de Souza, desenvolvido em parceria com representantes de empresas públicas e privadas. Trata-se de uma demonstração publicada pelas corporações, anualmente, junto ao Balanço Patrimonial, que contempla informações sobre projetos sociais, benefícios aos trabalhadores e ambiente, investimentos sociais, equidade de contratações. As informações são estritamente quantitativas, o que facilita o entendimento e credibilidade da análise. O conteúdo do Balanço Social Ibase compreende: indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores de corpo funcional, informações acerca do serviço da cidadania.

2.2.2 GRI

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã na Holanda, que desenvolve e dissemina globalmente diretrizes para elaboração de relatório de sustentabilidade utilizadas por empresas do mundo inteiro. Sua primeira publicação foi em 2002. A primeira versão preliminar da terceira geração do *GRI* foi publicada em março de 2006 e publicada definitivamente em outubro do mesmo ano.

A *GRI* fornece um modelo de relatório de sustentabilidade amplamente aceito e conceitua as corporações sob os aspectos econômicos, ambientais e sociais. Ainda:

“Um relatório de sustentabilidade baseado nas Diretrizes da *GRI* divulga os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização.”
(*GRI*, 2006, p.4.)

Os modelos de relatórios da *GRI* podem ser base para *benchmarking* e avaliação de desempenho de sustentabilidade a despeito de leis, normas, códigos, padrões de desempenho;

demonstra como a organização lida com as expectativas de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo.

No Brasil, o relatório *GRI* foi divulgado por um grupo de trabalho formado pelo Instituto Ethos, Aberje e Fundação Getúlio Vargas. A divulgação foi bastante intensa e atualmente diversas empresas brasileiras adotam este modelo (Fregonesi, 2009 p. 57). Uma vantagem deste modelo é a agregação de informações quantitativas e qualitativas, razão também pela qual esse modelo foi escolhido para a presente pesquisa. Além de pontuar com os conceitos A, B ou C (e níveis intermediários como A+, B+ e C+) algumas empresas voluntariamente publicam seus relatórios baseados neste modelo.

Tamanha é a aceitação das diretrizes dessa organização, que muitas corporações no mundo todo, mesmo não sendo listadas no *GRI*, publicam em seus relatórios um sumário com itens que atendem totalmente ou parcialmente o modelo enunciado. Ainda:

A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Leva em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e o específico por setor, acordados globalmente por vários *stakeholders*, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização. (GRI, 2006, p. 4).

Por meio de sua estrutura é possível ao *stakeholder* visualizar informações que abrangem desde um panorama sobre o conteúdo e limitações, como também informações econômicas, ambientais e sociais:

Ilustração 2 – Estrutura do Relatório *GRI*
Fonte: Elaborado pelo autor com base no *GRI* (2006).

Entre os modelos de relatórios de sustentabilidade, a *GRI* apresenta o maior número de variáveis verificáveis, entretanto, seu denso conteúdo torna os relatórios excessivamente extensos. Ademais, alguns critérios sugeridos não são aplicáveis a algumas corporações e muitas informações acabam sendo divulgadas repetidamente.

Mesmo que a estrutura dos relatórios de sustentabilidade tenha pequenas ressalvas, o usuário da informação usufrui da vantagem de poder se utilizar dos relatórios e de suas informações. Cabe aos *stakeholders* o papel de cobrar das entidades as ações que estão sendo divulgadas e pleitear mudanças na gestão, quando necessário. Sabe-se que a tendência é a convergência das empresas a um padrão sustentável tanto de ações quanto em mecanismos de divulgação e, portanto, há de se esperar que o ritmo dessa ressonância, de fato, beneficie a sociedade como um todo.

3. AVALIAÇÃO GERAL DO CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS

Neste capítulo inicia-se a análise empírica das informações socioambientais. As avaliações são efetuadas de acordo com o modelo de publicação da *GRI*, entretanto, a pontuação atribuída, conforme mencionado na metodologia, é calculada de acordo com um critério particular desta pesquisa. As informações publicadas adequadamente recebem pontuação 1,0, e 0,0 havendo ausência de publicação. Quanto às informações publicadas parcialmente, a pontuação atribuída foi 0,5.

O conteúdo das informações não foi analisado com o intuito de se estabelecer qual empresa é a melhor, mas responder qual empresa aborda o maior volume de informações relevantes e claras que devem conter em um relatório de sustentabilidade, de acordo com o padrão estabelecido pela *GRI*.

Foram realizadas análises dos períodos de 2007 e 2008 de todos os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas abordadas. As informações foram analisadas individualmente e são apresentadas a seguir.

Na conclusão deste capítulo, são consolidadas as pontuações, excetuando-se as informações não aplicáveis da base de dados de cada corporação.

3.1 Definição de conteúdo

Neste tópico, foram analisados os critérios de **relevância**, **inclusão dos stakeholders**, **contexto da sustentabilidade** e **abrangência**.

As empresas deveriam informar seu grau de interação com seus *stakeholders*, bem como apresentar informações em seus relatórios que contivessem conexão com o contexto de sustentabilidade, fornecendo também aos usuários informações que permitissem visualizar o desempenho econômico de cada entidade.

Em 2007, as empresas Klabin e Cenibra não foram claras suficientemente para identificar em seus relatórios os seus *stakeholders*, tampouco o grau de interação com os mesmos. Nas demais empresas, essa preocupação foi mais evidente, fazendo do relatório um canal de comunicação com sua gama de interessados e, com isso, atender às suas necessidades; as partes afetadas pela continuidade das operações foram identificadas e as expectativas de como as informações prestadas seriam assimiladas.

Nos relatórios de 2008 as entidades analisadas apresentaram uma melhora significativa, não cometendo nenhuma omissão das informações recomendadas. Mesmo a Klabin e Cenibra, que não foram bem avaliadas nestes aspectos em 2007, seguiram rigorosamente com os padrões estabelecidos pela *GRI* e identificaram em seus relatórios o público para quem são direcionadas as informações, além de abordar claramente as questões no contexto de sustentabilidade.

Nas tabelas abaixo seguem as pontuações parciais obtidas isoladamente pelas entidades, nos dois períodos analisados:

Tabela 1 - Conteúdo: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Relevância	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00
Contexto da sustentabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Abrangência	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Total	4,00	4,00	4,00	2,50	3,50	4,00	4,00

FONTE: elaborado pelo autor

Tabela 2 - Conteúdo: Análise do Período de 2008

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Relevância	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Contexto da sustentabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Abrangência	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Total	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

FONTE: elaborado pelo autor

3.2 Qualidade

Em relação à qualidade do relatório, foram analisados os critérios de **equilíbrio**, **comparabilidade**, **precisão**, **periodicidade**, **clareza** e **fidedignidade**.

Em 2007, o critério **equilíbrio** não foi atendido pelas entidades Orsa, Klabin e Cenibra e, no ano de 2008, o número de empresas que desconsideraram esse critério foi ainda maior. Neste aspecto não houve melhora nos relatórios da Cenibra e Klabin, exceto Orsa (que não foi bem avaliada neste quesito em 2007, mas em 2008 cumpriu adequadamente o critério), Aracruz e VCP, que também foram equânimes ao listar fatos relevantes negativos e positivos. É importante frisar que, obviamente, não se pode cobrar das entidades que os fatos negativos tenham ocorrido na mesma frequência em que os positivos, todavia, é extremamente relevante que os relatórios contenham ao menos a menção “não houve fatos negativos registrados no período”. Na maioria dos relatórios analisados foi priorizada a promoção e divulgação das marcas ao invés de informar coerentemente os fatos relevantes (sejam positivos ou negativos) aos usuários da informação.

Quanto à **precisão** e detalhamento dos dados que permitam melhor avaliação do desempenho da organização, observa-se que a Cenibra se mostrou mais superficial em 2007, já em 2008 as entidades superaram as expectativas e obtiveram pontuação máxima. Acerca da **periodicidade**, é importante que todos os relatórios contenham informações divulgadas que ocorreram recentemente e, principalmente, dentro do período em que abrange o relatório. Em 2007 as empresas Cenibra e Orsa não cumpriram com esses critérios, já em 2008, todas as entidades apresentaram essas informações. Em relação ao critério **fidedignidade/confiabilidade**, exceto a Cenibra, todas as corporações apresentaram informações adequadamente. O problema encontrado nos relatórios de Cenibra foi a ausência de informação quanto à política de verificação externa em 2007. Em 2008, as entidades apresentaram significativa melhora e foram todas bem pontuadas neste quesito. Os critérios **comparabilidade e clareza** foram atendidos por todas as empresas em ambos aos anos analisados.

Nas tabelas a seguir são apresentadas as pontuações parciais obtidas isoladamente pelas entidades, nos dois períodos analisados:

Tabela 3 - Qualidade: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Equilíbrio	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Comparabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Precisão	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Periodicidade	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Clareza	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fidedignidade	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Total	6,00	6,00	6,00	5,00	2,00	6,00	4,00

FONTE:Elaborado pelo autor

Tabela 4 - Qualidade: Análise do Período de 2008

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Equilíbrio	1,00	0,00	0,50	0,00	0,00	1,00	1,00
Comparabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Precisão	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Periodicidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Clareza	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fidedignidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Total	6,00	5,00	5,50	5,00	5,00	6,00	6,00

FONTE: Elaborado pelo autor

3.3 Limite

No que tange ao limite do relatório, as empresas devem identificar as entidades impactantes no aspecto de sustentabilidade sobre as quais exerçam influência, como também, os seus indicadores de desempenho operacional e ambiental. Os relatórios de todas as corporações apresentaram essas informações em 2007, exceto Klabin, mesmo para afirmar que não existem tais situações. Ainda é recomendada pela *GRI* uma abordagem que contemple os **desafios associados à gestão das entidades**, e neste aspecto, a Orsa, Irani e Klabin não atenderam o critério. Em 2008, as entidades foram mais claras ao identificar filiais, sucursais ou outras empresas as quais exercem influência. A única exceção foi da empresa Suzano, que anuncia todas as entidades impactantes ao longo do relatório, entretanto, não cita a Ripasa, sua controlada. Esse tipo de informação é extremamente relevante nos relatórios, pois, o critério limite, permite que sejam visualizadas as possíveis limitações das informações, haja vista que algumas entidades vinculadas às empresas das amostras podem não apresentar as

mesmas configurações de sustentabilidade que a “entidade mãe”, criando uma falsa idéia de se julgar a parte pelo todo.

As diretrizes estabelecidas pela *GRI* incumbem as empresas de prestar informações que forneçam subsídios, permitindo ao usuário reconhecer o nível de comprometimento com a sustentabilidade que as entidades têm com sua gama de *stakeholders*. Em meio a este contexto, é fundamental que as empresas criem um canal límpido de comunicação com todos os seus interessados e, para isso, é preciso identificá-los claramente. Faz-se importante fornecer informações com responsabilidade que não se limite a uma simples divulgação de boas práticas de sustentabilidade, como também incorporar aspectos negativos ocorridos ao longo do tempo, se ocorreram ou não, identificar o limite das informações publicadas e permitir que se tenha confiança naquilo que está sendo divulgado. Ao *stakeholder* é importante criar a idéia de que tudo o que seja importante na vida financeira e social de uma entidade pode ser encontrado em um único guia, gerando segurança ao usuário das informações.

Nas tabelas a seguir são apresentadas as pontuações parciais obtidas isoladamente pelas entidades, nos dois períodos analisados:

Tabela 5 - Limite: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Entidades Impactantes - Sustentabilidade	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Entidades controladas - Desempenho Operacional	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Entidades controladas - Abordagem de Gestão	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Entidades associadas a desafios da organização	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Total	4,00	3,00	4,00	0,00	3,00	4,00	3,00

FONTE: Elaborado pelo autor

Tabela 6 - Limite: Análise do Período de 2008

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Entidades Impactantes - Sustentabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Entidades controladas - Desempenho Operacional	1,00	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
Entidades controladas - Abordagem de Gestão	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Entidades associadas a desafios da organização	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Total	4,00	4,00	3,50	4,00	4,00	4,00	4,00

FONTE: Elaborado pelo autor

3.4 Caracterização da empresa e gestão

O relatório de sustentabilidade deve descrever o **perfil** da companhia a que se refere e as **informações sobre a forma de gestão e indicadores de desempenho**.

3.4.1 Perfil

Este tópico deve refletir o contexto geral em que está inserida a companhia de modo que o usuário da informação possa compreender o desempenho organizacional, suas estratégias e governança.

3.4.2 Estratégia e análise

Os relatórios deveriam abordar neste item a visão que os tomadores de decisão das entidades possuem em relação à sustentabilidade, metas e perspectivas de curto e longo prazo abordando o desenvolvimento sustentável. As dificuldades que foram encontradas ao longo do período também se fazem necessárias para dar ao *stakeholder* um panorama geral sobre o exercício encerrado. Nas declarações dos presidentes, essa abordagem foi incompleta e pouco evoluiu ao longo dos últimos dois anos, ficando claro que a intenção seria proferir um discurso com conotação mais comercial do que sustentável.

Os casos mais críticos de 2007 foram os relatórios das organizações Klabin e Cenibra, nos quais inexitem quaisquer informações sobre perspectivas futuras em relação à sustentabilidade. Exceto a Cenibra, todos os demais relatórios possuem dados sobre os principais impactos, riscos e oportunidades, envolvendo a sustentabilidade e seus efeitos sobre os *stakeholders*, sendo que prevaleceram informações sobre **oportunidades**; as menções aos **impactos** foram ocasionais.

Em 2008, os discursos presidenciais foram, em sua maioria, norteados pela divulgação dos efeitos da crise econômica iniciada naquele ano. A empresa Orsa, que obteve menor pontuação, publicou uma declaração curta, não mencionou metas e desafios futuros e pouco

discorreu sobre sustentabilidade. Demais entidades como Irani, Klabin e Aracruz, atingiram pontuação 0,5, pois suas declarações foram superficiais e as metas não foram claramente definidas. Ainda em 2008, as descrições sobre **impactos, riscos e oportunidades** não superaram o ano de 2007. A empresa Irani basicamente discorreu sobre continuidade de projetos e as demais não focaram esses riscos e seus efeitos. Orsa não realizou nenhuma abordagem a esse respeito. As demais organizações atingiram pontuação máxima, com destaque para VCP e Suzano, que elencam detalhadamente os riscos operacionais, financeiros e riscos de efeitos no desenvolvimento sustentável.

Nas tabelas a seguir são apresentadas as pontuações parciais obtidas isoladamente pelas entidades, nos dois períodos analisados:

Tabela 7- Perfil: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Declaração da sustentabilidade pelo presidente	1,00	0,50	0,50	0,00	0,00	1,00	0,50
Descrição: impactos, riscos e oportunidades	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,50	1,00
Total	2,00	1,50	1,50	1,00	-	1,50	1,50

FONTE:Elaborado pelo autor

Tabela 8: Perfil - Análise do Período de 2008

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Declaração da sustentabilidade pelo presidente	0,50	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	0,00
Descrição: impactos, riscos e oportunidades	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Total	1,50	1,00	2,00	1,50	2,00	2,00	0,00

FONTE: Elaborado pelo autor

3.4.3 Perfil Organizacional

Geralmente as informações contempladas nessa seção já eram freqüentemente publicadas nos Relatórios de Administração. Ainda assim, algumas pendências foram encontradas em ambos os períodos analisados. Em 2007 a **sede social** não ficou localizada claramente, ficando implícita em alguns casos. Sobre o **tipo e natureza jurídica** não foram encontradas informações nos casos da Cenibra e da Orsa. Quanto à identificação e quantificação dos **países em que opera** e ao **mercado atendido** as informações se restringem às regiões. Outra

recomendação não contemplada no relatório da Klabin foi sobre os **prêmios recebidos**, em contraste com a significativa quantidade de menções relatadas pelas demais companhias.

Em 2008, as sedes sociais das entidades Aracruz e Suzano não foram claramente localizadas. As principais **marcas e produtos** não foram identificados pela Cenibra e Aracruz. Estas empresas identificaram os setores em que atuam, mas não citam pontualmente suas marcas. A empresa Orsa também não menciona claramente os produtos que comercializa. Quanto ao **número de países em que opera** as empresas Aracruz, Irani e Orsa não informam adequadamente. Em relação à **estrutura operacional**, **dimensão da organização** e **mercado atendido**, as empresas informaram completamente esses critérios. Acerca das **alterações de porte e estrutura**, as entidades Cenibra e Irani nada mencionaram. As demais entidades obtiveram pontuação 1,0 neste critério e a VCP, inclusive, discorre sobre a aquisição da Aracruz. Seguem respectivas tabelas:

Tabela 9 – Perfil Organizacional: Análise do Período de 2007

Crítérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Denominação da organização relatora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Principais marcas/produtos/serviços	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Estrutura operacional	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Localização da sede social	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Número de países em que opera	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Tipo e natureza jurídica	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Mercado atendido	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Dimensão da organização	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Principais alterações de porte e de estrutura	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Prêmios recebidos	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Total	10,00	10,00	10,00	9,00	8,00	10,00	9,00

FONTE: Elaborado pelo autor

Tabela 10- Perfil Organizacional: Análise do Período de 2008

Crítérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Denominação da organização relatora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Principais marcas/produtos/serviços	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,50
Estrutura operacional	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Localização da sede social	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Número de países em que opera	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Tipo e natureza jurídica	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Mercado atendido	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Dimensão da organização	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Principais alterações de porte e de estrutura	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Prêmios recebidos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Total	6,00	8,00	9,00	10,00	8,00	10,00	7,50

FONTE: Elaborado pelo autor

3.4.4 Parâmetros para o relatório

Sob este título, a *GRI* pretendeu que o usuário da informação pudesse conhecer **o perfil do relatório, seu alcance e limite, sumário do conteúdo e verificações** a que esteve sujeito. Em **perfil do relatório** as informações pesquisadas foram o período em que foi coberto, data da última publicação do relatório, ciclo de publicação e contato para dúvidas. No ano de 2007, as entidades foram relativamente mais precisas na divulgação desses critérios. Klabin, Cenibra e Orsa não mencionaram a data de publicação do último relatório nem fonte para contato em caso de dúvidas. Em 2008, as empresas Klabin e Cenibra repetem as mesmas falhas, além de também não mencionarem o ciclo de publicação do relatório. A empresa Irani obteve pontuação 0,5 a despeito do critério **contato para dúvidas sobre o relatório**, pois não deixa claro se o contato anunciado era específico para essa finalidade ou se tratava-se de um contato meramente comercial.

Um importante critério a ser apresentado nos relatórios de sustentabilidade é uma breve discussão sobre o **processo de definição do conteúdo**, que contenha as medidas adotadas pelas entidades no intento de organizar e identificar as informações a serem publicadas, bem como o canal utilizado com os *stakeholders* para priorizar os assuntos e discussões tratados. Em 2007, as empresas pouco discorreram sobre essa questão, com exceção da Irani, Suzano e VCP. Já em 2008, as entidades demonstraram maior interesse em discutir o **processo de definição de conteúdo**, com exceção da Cenibra, que simplesmente conduz o relatório sem delinear suas proposições e indicar interesse dos usuários; e a entidade Irani, que, ao contrário de 2007, apenas menciona o processo de definição no parecer dos auditores, sem fazer nenhuma menção ao longo do relatório.

Também é sugerido pela *GRI* que os relatórios contenham um sumário que contemple todas as informações anunciadas. No ano de 2007, as entidades apresentaram corretamente o Sumário *GRI*, com exceção da Klabin e Cenibra. Em 2008, a Aracruz apresenta um Sumário *GRI* incompleto, iniciando pelo desempenho econômico e obteve pontuação 0,5. As demais entidades apresentaram pequenos problemas nos sumários, como no caso da VCP e Irani, em que alguns itens foram apontados em páginas incorretas. A Cenibra e Klabin, pelo segundo ano consecutivo, não publicaram o Sumário *GRI*.

Sobre a **política e prática de verificação** o desempenho das corporações ficou praticamente igual entre os anos de 2007 e 2008: a Cenibra e Klabin não discorrem sobre esse critério. A VCP, que não menciona sua política de verificação em 2007, informa em seu relatório de 2008. É importante ressaltar que a verificação por agentes externos atribui maior credibilidade aos relatórios de sustentabilidade. As tabelas abaixo identificam as pontuações obtidas:

Tabela 11 – Parâmetros para o Relatório: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Período coberto	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Data do último relatório publicado	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Ciclo de publicação do relatório	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Contato para perguntas referentes ao relatório	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Processo de definição do conteúdo	0,50	1,00	1,00	0,50	0,00	1,00	0,50
Limite do relatório	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00
Limitações específicas	1,00	1,00	1,00	0,50	0,50	1,00	1,00
Base para elaboração	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Técnicas de medição	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Explicação de efeitos de reformulação	NA	1,00	NA	NA	NA	NA	NA
Alterações significativas	1,00	1,00	1,00	1,00	NA	NA	NA
Sumário do conteúdo da <i>GRI</i>	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Política e prática de verificação	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11,50	13,00	12,00	5,50	3,00	10,00	7,50

FONTE: Elaborado pelo autor

Tabela 12 – Parâmetros para o Relatório: Análise do Período de 2008

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Período coberto	-	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Data do último relatório publicado	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Ciclo de publicação do relatório	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Contato para perguntas referentes ao relatório	1,00	0,50	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Processo de definição do conteúdo	1,00	0,50	1,00	1,00	0,50	1,00	1,00
Limite do relatório	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Limitações específicas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Base para elaboração	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Técnicas de medição	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Explicação de efeitos de reformulação	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Alterações significativas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Sumário do conteúdo da <i>GRI</i>	0,50	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Política e prática de verificação	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Total	9,50	10,00	11,00	6,00	2,50	11,00	11,00

FONTE: Elaborado pelo autor

3.4.5 Governança, compromissos e engajamento

A forma de gestão deve descrever o tratamento de temas específicos visando fornecer subsídios para o entendimento dos resultados alcançados. Este tópico deve abranger **governança; compromissos com iniciativas externas e engajamentos dos stakeholders.**

Entre os critérios analisados nesta seção, a grande maioria das entidades não teve seus relatórios bem avaliados. Os critérios estabelecidos segundo formato estabelecido pela *GRI* são **estrutura de governança, número de membros independentes, relações das remunerações mais elevadas, processos para evitar conflitos de interesse, qualificações e competências exigidas, desenvolvimento interno de declarações** (missões, códigos de conduta), **processos de supervisão e processo de auto-análise de desempenho.**

Dos relatórios analisados em 2007, todos os critérios não foram devidamente priorizados, com pequenas exceções das empresas Irani e VCP, que atenderam a maioria dos quesitos. Em 2008, houve uma significativa melhora, mas, ainda assim, o grau de informação está aquém do esperado. Os critérios menos divulgados foram as **remunerações mais elevadas**, exceto pela Irani que, pelo segundo ano consecutivo foi a única entidade a divulgar essa informação; **processos para evitar conflitos de interesse**, que também em ambos os anos somente a entidade Irani faz menção; **processos de supervisão** e **processo de auto-avaliação de desempenho**. Neste último somente a VCP obteve pontuação, em ambos os períodos analisados. A Aracruz, que em 2007 obteve baixa pontuação nesta seção, apresentou melhora significativa em 2008. A empresa Cenibra, tanto em 2007 como em 2008 deteve a menor pontuação entre as entidades, informando apenas o critério **desenvolvimento interno de declarações**.

A seção que trata **compromisso com iniciativas externas** busca identificar a interação das companhias com a sociedade ressaltando ações sustentáveis por iniciativa das próprias entidades. Em referência ao **princípio da precaução**⁷, em 2007, as empresas Irani e VCP discorrem brevemente sobre este critério, no entanto, nos relatórios analisados em 2008, nenhuma entidade faz menção a este princípio. Quanto ao critério **cartas, princípios e outras**

⁷ O “Princípios do Rio de Janeiro” – documento estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992 – em seu artigo 15, trata a abordagem das organizações para gestão de risco no planejamento operacional ou no desenvolvimento e introdução de novos produtos.

iniciativas, a maioria das empresas informou adequadamente em seus relatórios, exceto Orsa em 2007 e Cenibra em 2008. A informação referente à **participação significativa em associações**, também em 2007, não foi divulgada pelas empresas Orsa e Cenibra, todavia em 2008, todas as empresas informaram em seus relatórios as associações as quais estão vinculadas.

No que se refere ao **envolvimento das partes interessadas**, as entidades devem apresentar a **relação dos grupos de stakeholders** engajados pela corporação, evidenciar a **identificação desses grupos e seleção**, além de expor os mecanismos fomentados para absorver as principais questões a serem levantadas e discutidas em meio ao contexto do desenvolvimento sustentável. Em 2007, as empresas Suzano, Cenibra e Orsa obtiveram as menores pontuações e o critério menos atendido foi o que se refere à **abordagem utilizada**.

Em 2008, as entidades demonstraram uma maior preocupação com a forma de abordar seus *stakeholders*, como no caso da VCP, Suzano e Irani, que promoveram reuniões e comitês no intento de fomentar discussões importantes e pautar assuntos para o relatório de sustentabilidade. A empresa Orsa, porém, não obteve pontuação em nenhum critério contemplado desta seção, o que denota uma diminuição da qualidade das informações prestadas em seu relatório, nesta etapa.

Nas tabelas a seguir são apresentadas as pontuações parciais obtidas isoladamente pelas entidades, nos dois períodos analisados:

Tabela 13 – Governança, compromissos e engajamento: Análise do período de 2007

Grupos	Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Governança, compromissos e engajamento	Estrutura de governança	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
	Indicação: presidente ou diretor adm.	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
	Número de membros independentes	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
	Relação de remunerações mais elevadas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Processos para evitar conflitos de interesse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Qualificação e competências exigidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Desenvolvimento interno de declarações	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Processos de supervisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Compromissos e externalidade	Processo de auto-avaliação de desempenho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
	Forma de adoção do princípio da precaução	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
	Cartas, princípios e outras iniciativas	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Engajamento com Stakeholders	Participação significativas em associações	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
	Relação dos grupos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Identificação e seleção	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Abordagens utilizadas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
	Questões e preocupações identificadas	1,00	1,00	1,00	0,50	0,00	1,00	0,00
Total		9,00	11,00	8,00	6,50	4,00	12,00	6,00

FONTE: elaborado pelo autor

Tabela 14 – Governança, compromissos e engajamento: Análise do período de 2008

Grupos	Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Governança, compromissos e engajamento	Estrutura de governança	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
	Indicação: presidente ou diretor adm.	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
	Número de membros independentes	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
	Relação de remunerações mais elevadas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Processos para evitar conflitos de interesse	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00
	Qualificação e competências exigidas	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
	Desenvolvimento interno de declarações	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00
	Processos de supervisão	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Compromissos e externalidade	Processo de auto-avaliação de desempenho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
	Forma de adoção do princípio da precaução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cartas, princípios e outras iniciativas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Engajamento com Stakeholders	Participação significativas em associações	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Relação dos grupos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
	Identificação e seleção	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
	Abordagens utilizadas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
	Questões e preocupações identificadas	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Total		12,00	12,00	10,00	10,00	5,00	13,00	7,00

FONTE: elaborado pelo autor

3.5 Abordagem de gestão e indicadores de desempenho econômico

Os indicadores de desempenho devem conter informações comparáveis sobre o **desempenho econômico, ambiental e social da organização**. Faz-se importante divulgar aos *stakeholders* informações suficientes para se ter um panorama que retrate fielmente as condições econômicas de cada entidade.

A empresa Irani, que em 2007 obteve maior pontuação global em seu relatório, foi a que menos divulgou informações acerca de seu desempenho econômico. Em 2008, cometeu as mesmas omissões. Entre os critérios analisados, **apoio financeiro recebido do governo** foi o menos relatado, salvo com a exceção da empresa Orsa, que divulgou essa informação em 2008. A **proporção entre o salário mais baixo e o mínimo** também não é divulgada pela maioria das empresas.

Outras informações essenciais pouco divulgadas foram as **implicações, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas**. Sabe-se que neste segmento existem, fatidicamente, grandes implicações em função dessas variáveis, no entanto, as informações deste critério são discorridas pela Aracruz, Suzano e Cenibra em 2007 e, em 2008, pela Aracruz, Suzano e VCP - neste último período de forma superficial.

Também é sugerido pelo modelo *GRI* que as entidades apresentem na subdivisão **presença de mercado** informações sobre **políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais**, pois é esperado que as empresas contribuam com o desenvolvimento das regiões onde estão localizadas, priorizando, sempre que possível, a contratação de fornecedores locais. Nos relatórios analisados em 2007, a maioria das entidades apresentou preocupação com este critério e informou suas políticas e procedimentos visando contratar fornecedores próximos, exceto a Klabin e Cenibra que não fizeram menção sobre esse assunto. Em 2008, as entidades que nada informaram foram Cenibra, novamente, e Orsa. A empresa Irani discorreu brevemente sobre a priorização dos fornecedores locais, mas não divulgou abertamente suas políticas.

Ainda na análise quanto à **presença de mercado**, devem as entidades informar as **políticas para contratação de mão-de-obra local**, mais especificamente, mão-de-obra qualificada

para cargos de alta gerência em unidades operacionais importantes. Em 2007, o nível de atendimento a este quesito foi melhor, comparado a 2008. No primeiro ano, exceto Cenibra e Orsa, todas as entidades divulgaram essas informações. Já em 2008 somente a VCP e Aracruz discorreram sobre o assunto.

Há ainda na análise de **desempenho econômico**, a subdivisão que trata dos **impactos econômicos indiretos**, em que as entidades devem relatar os **impactos econômicos dos investimentos em infra-estrutura**, informação essencial que descreve aos *stakeholders* o volume de investimentos para benefício público que as entidades efetuaram. Em 2007 e também em 2008, a empresa Irani foi única empresa que não informou esses gastos. As demais entidades informaram adequadamente.

Faz-se interessante ressaltar que, tão relevante quanto às informações de caráter sustentável são as informações que contenham implicações econômico-financeiras, haja vista que lacunas no fornecimento desses dados não sejam esperadas, em se tratando de empresas que buscam um comprometimento com a sustentabilidade.

Nos relatórios analisados, em ambos os períodos, nota-se claramente uma carência no fornecimento dessas informações e paira a dúvida se essa ausência de transparência é oriunda de desinteresse por parte das entidades em questão ou se, em verdade, trata-se de uma intenção em divulgar superficialmente esses dados. A seguir as respectivas tabelas de pontuações:

Tabela 15 – Econômicos: Análise do período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Valor econômico direto gerado e distribuído	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Implicações devido alterações climáticas	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Cobertura do plano de benefícios	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Apoio financeiro do governo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Proporção salário mais baixo e o mínimo	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Políticas e gastos com fornecedores locais	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Procedimentos para contratação local	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Investimentos em infra-estrutura	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Descrição de impactos econ. indiretos	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8,00	3,00	8,00	3,00	4,00	5,00	4,00

FONTE: elaborado pelo autor

Tabela 16 – Econômicos: Análise do período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Valor econômico direto gerado e distribuído	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Implicações devido alterações climáticas	0,50	0,00	0,50	0,00	0,00	0,50	0,00
Cobertura do plano de benefícios	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Apoio financeiro do governo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Proporção salário mais baixo e o mínimo	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Políticas e gastos com fornecedores locais	1,00	0,50	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Procedimentos para contratação local	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Investimentos em infra-estrutura	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Descrição de impactos econ. indiretos	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Total	7,50	1,50	4,50	3,00	2,00	7,50	3,00

FONTE: elaborado pelo autor

3.5.1 Desempenho Ambiental

Esse tópico refere-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais. Os indicadores ambientais abrangem os aspectos **materiais; energia; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; conformidade e transporte.**

De modo geral as empresas divulgaram a maioria dos critérios que abrangem este tópico, com exceção da Cenibra e Orsa, que obtiveram pontuação muito inferior às demais. Espera-se que, em um relatório de envolvendo contexto de sustentabilidade, as características prioritárias das informações sejam de caráter ambiental, entretanto, algumas organizações foram omissas inclusive nesse aspecto. Entre as empresas analisadas, mais uma vez, as que tiveram menor nível de informações divulgadas foram Cenibra e Orsa, em ambos os períodos analisados. A entidade Irani foi praticamente unânime na aderência dos padrões estabelecidos na *GRI*, deixando de divulgar claramente apenas o **consumo indireto de energia**, em 2007, e **descarga total de água por qualidade e destino**, em 2008. Dos 30 critérios analisados, o mais divulgado abertamente pelas entidades foi **iniciativas para reduzir emissão de gases de efeito estufa e reduções obtidas**. Uma razão para esse critério ter sido popularmente divulgado pelas entidades é o fato de máquinas e equipamentos modernos já serem adaptados desde sua fabricação para emitir menos gases poluentes, o que facilita as entidades de usufruírem dessa externalidade. O critério que despertou menor atenção das empresas em sua divulgação foi **identificação de corpos d'água e habitats**, uma informação de caráter adicional sugerido pela *GRI*. Possivelmente, por esse item não ser significativo para algumas

entidades, acabou por não ser divulgado, entretanto, algumas corporações justificaram que não informaram completamente este tópico por se tratar de uma informação irrelevante e, portanto, não foram oneradas por esta razão.

No aspecto **Biodiversidade**, Aracruz, Irani, VCP e Cenibra foram as que se destacaram em 2007. Informações como o número de espécies na lista vermelha⁸ da IUCN (*International Union for Conservation of Nature*) e em listas nacionais de conservação com *habitats* em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção, foi um critério em que as empresas melhoraram a divulgação de 2007 para 2008. No primeiro período analisado, apenas a Aracruz, Irani e VCP publicaram essa informação, já em 2008, somente a Orsa não fez nenhum comentário a respeito.

No escopo **Produtos e Serviços**, mesmo obtendo pontuação 1,0, as entidades não apresentaram a divulgação esperada. A maioria das empresas não tem a informação sobre a **percentagem de produtos recuperados**. As mesmas obtiveram essa pontuação por expressarem transparência ao publicar que não têm informação sobre recuperação de seus produtos e, portanto, não foram oneradas, muito embora o esperado era que esse critério fosse divulgado claramente.

No que concerne ao aspecto **conformidade**, as empresas Klabin e Cenibra nada informaram tanto em 2007 quanto em 2008. Um dos critérios contemplados em **conformidade** é o **número de sanções monetárias e não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos ambientais**. A maioria das entidades, mesmo não tendo sido autuadas, divulgaram essa informação, com exceção da Klabin e Cenibra que não se manifestaram em ambos os períodos.

Quanto ao aspecto relacionado ao desempenho ambiental, que sugere a informação sobre o **total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo**, somente Cenibra não menciona em seu relatório de 2007. Em 2008, além da Cenibra, a Aracruz também informa.

Ressalta-se que este critério visa evidenciar a forma de relacionamento da empresa com o meio ambiente, por meio da identificação dos esforços realizados para minimizar seus impactos. Tais esforços são benéficos ao meio socioambiental e para a empresa, também,

⁸ Lista que contempla espécies de animais em extinção.

pois, resultam em vários casos em redução de perdas e, portanto, de custos. A seguir as tabelas demonstram com maior clareza as pontuações obtidas:

Tabela 17 – Ambientais: Análise do Período de 2007

Critérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Materiais utilizados	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Materiais provenientes de reciclagem	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Consumo direto por fonte de energia	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Consumo indireto por fonte de energia	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Energia economizada	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Iniciativas / produtos com baixo consumo energia	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Iniciativas / prod. com baixo consumo energia indir.	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de retirada de água por fonte	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fontes hídricas afetadas	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Água reciclada e reutilizada	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Localização e tamanho da área possuída	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00
Impactos significativos da biodiversidade	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Habitats protegidos ou restaurados	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Estratégias para a gestão de impactos na biodiv.	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,50
Espécie na lista vermelha	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Emissões de gases de efeito estufa	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Emissões indiretas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Reduções de gases efeito estufa	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,50
Substâncias destruidoras camada de ozônio	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
NOX, Sox e Outras emissões significativas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Descarga total de água por qualidade e destino	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantidade total de resíduos	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Número e volume total de derrames significativos	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Peso dos resíduos transportados	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Identificação dos corpos d'água e habitats	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa redz. impactos de produtos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Porcentagem recuperada de produtos vendidos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Sanções não-monetárias	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Impactos ambientais pelo transporte de produtos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Investimentos Ambientais, por tipo	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Total	23,00	29,00	21,00	14,00	6,00	22,00	12,00

FONTE: elaborado pelo autor

Tabela 18 – Ambientais: Análise do Período de 2008

Crítérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Materiais utilizados	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00
Materiais provenientes de reciclagem	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Consumo direto por fonte de energia	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Consumo indireto por fonte de energia	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Energia economizada	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Iniciativas / produtos com baixo consumo energia	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00
Iniciativas / prod. com baixo consumo energia indir.	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Total de retirada de água por fonte	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fontes hídricas afetadas	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Água reciclada e reutilizada	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Localização e tamanho da área possuída	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Impactos significativos da biodiversidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Habitats protegidos ou restaurados	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Estratégias para a gestão de impactos na biodiv.	1,00	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
Espécie na lista vermelha	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Emissões de gases de efeito estufa	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Emissões indiretas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Reduções de gases efeito estufa	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Substâncias destruidoras camada de ozônio	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
NOX, Sox e Outras emissões significativas	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Descarga total de água por qualidade e destino	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Quantidade total de resíduos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Número e volume total de derrames significativos	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Peso dos resíduos transportados	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	NA	0,00
Identificação dos corpos d'água e habitats	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	NA	0,00
Iniciativa redz. impactos de produtos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Porcentagem recuperada de produtos vendidos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Sanções não-monetárias	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Impactos ambientais pelo transporte de produtos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Investimentos Ambientais, por tipo	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Total	21,00	29,50	25,50	24,00	12,00	25,50	13,00

FONTE: elaborado pelo autor

3.5.2 Desempenho Social

Os indicadores de desempenho social da *GRI* abrangem quatro grandes temas referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente; direitos humanos; sociedade e responsabilidade pelo produto.

Em relação aos critérios que contemplam mão-de-obra, práticas trabalhistas e trabalho decente, em 2007, a empresa que mais atendeu as diretrizes da *GRI* foi a Suzano, que somente deixou de informar o critério benefícios oferecidos a empregados de tempo

integral não oferecidos aos temporários. Ainda em 2007, também obteve destaque a empresa Irani, que deixou de informar, além do critério mencionado acima, o **percentual de empregados representados por comitês formais.** A empresa VCP, que se mantém com boa divulgação diante das demais empresas, deixou lacunas nesta seção de indicadores, ficando a frente apenas da Cenibra e Orsa. Em 2008, a empresa Aracruz manteve praticamente a mesma pontuação, sem destaque e, mais uma vez, as empresas Cenibra e Orsa apresentaram as menores pontuações. A empresa VCP evoluiu consideravelmente e obteve destaque juntamente com a Irani.

Na avaliação dos indicadores do grupo **direitos humanos,** as entidades Klabin, Cenibra e Orsa, em 2007, obtiveram pontuação zero em todos os critérios. Nota-se que a maioria das empresas que compuseram a presente pesquisa demonstraram desinteresse em divulgar políticas e procedimentos referente aos direitos humanos. Em se tratando de companhias que se utilizam de uma densa mão-de-obra, pode-se concluir que a informação acerca de direitos humanos não só se faz pertinente, como também essencial. Em 2008, a pontuação das companhias melhorou consideravelmente, muito embora ainda a divulgação esteja aquém das expectativas. A empresa Orsa apresentou uma melhor divulgação entre esses dois períodos e Suzano deixou de informar alguns critérios como **operações em o direito de liberdade estava em risco, risco significativo de ocorrência de trabalho escravo/forçado e percentual de pessoal de segurança submetido a treinamentos** (informação menos divulgada em ambos os anos pelas entidades).

Na seção que contempla o escopo **sociedade** as empresas que merecem destaque pelo pior nível de divulgação permanecem sendo Klabin e Cenibra em 2007 e 2008. Nota-se que as duas últimas seções acerca de **aspectos trabalhistas e sociedade** foram as menos divulgadas. Informações importantes como **contribuições para partidos políticos** pouco foram evidenciadas, assim como **informações sobre ciclo de vida dos produtos.** Em relação ao critério **valor monetário de multas por infração relacionada a produtos e serviços,** poucas empresas se manifestaram, exceto Aracruz, Irani e VCP. Orsa divulgou esta informação somente em 2008. É importante ressaltar que nenhum critério foi atendido completamente pelas entidades. Seguem respectivas tabelas com demais pontuações:

Tabela 19 – Sociais : Análise do período de 2007

Crítérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Discriminação da mão-de-obra total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de rotatividade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Benefícios oferecidos	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
% de trabalhadores abrangidos por CLT	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prazo mínimo para notificação	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,50
% de empregados representados por comites formais	0,00	-	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de lesões, doenças, óbitos - com trabalho	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Programas de educação, formação, prevenção riscos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Segurança e saúde formaliz. sindicatos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médias de hora de formação, por ano,	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Programa de gestão de competência e aprendizagem	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
% de empregados que análise de desempenho	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Composição dos grupos responsáveis pela GC	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário/trabalho base entre homens e mulheres	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
% de contratos relacionados aos direitos humanos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% fornecedores subm. normas de direitos humanos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Treinamento para empr. em polit. direitos humanos	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discriminação e as medidas tomadas	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Oper. em que o direito de liberdade estava em risco	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Risco significativo de ocorrência trabalho escravo	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Risco significativo de ocorrência trab. Infantil	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
% de pessoal de segurança submetido a treinamento	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Casos violação do direito indígenas	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas para avaliar impactos na comunidade	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
% de negócios com risco de corrupção	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
% de trabalhadores políticas e práticas anti-corrupção	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Medidas tomadas - casos de corrupção	1,00	NA	NA	0,00	0,00	NA	1,00
Posições quanto a políticas públicas	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Contribuições financeiras para partidos políticos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Ações judiciais por concorrência desleal	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Montante de multas significativas	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Indicação dos ciclos de vida do produto	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Casos de não-conformidade com regulamentos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Informações produtos exigidas por regulamentos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Casos de não-conformidade com regulamentos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Programas de adesão às leis, normas ref. MKT	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclamações - violação de privacidade clientes	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Valor monetário das multas ref. a produtos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21,00	36,00	29,00	7,00	4,00	19,00	13,50

FONTE: elaborado pelo autor

Tabela 20 – Sociais: Análise do Período de 2008

Crítérios	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Discriminação da mão-de-obra total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de rotatividade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Benefícios oferecidos	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00
% de trabalhadores abrangidos por CLT	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Prazo mínimo para notificação	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
% de empregados representados por comites formais	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Taxa de lesões, doenças, óbitos - com trabalho	0,50	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00
Programas de educação, formação, prevenção riscos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Segurança e saúde formaliz. sindicatos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médias de hora de formação, por ano,	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Programa de gestão de competência e aprendizagem	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
% de empregados que análise de desempenho	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Composição dos grupos responsáveis pela GC	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00
Salário/trabalho base entre homens e mulheres	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
% de contratos relacionados aos direitos humanos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
% fornecedores subm. normas de direitos humanos	0,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
Treinamento para empr. em polit. direitos humanos	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Discriminação e as medidas tomadas	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Oper. em que o direito de liberdade estava em risco	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Risco significativo de ocorrência trabalho escravo	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Risco significativo de ocorrência trab. Infantil	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
% de pessoal de segurança submetido a treinamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Casos violação do direito indígenas	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Programas para avaliar impactos na comunidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
% de negócios com risco de corrupção	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
% de trabalhadores políticas e práticas anti-corrupção	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Medidas tomadas - casos de corrupção	0,00	1,00	NA	0,00	0,00	NA	1,00
Posições quanto a políticas públicas	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00
Contribuições financeiras para partidos políticos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Ações judiciais por concorrência desleal	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Montante de multas significativas	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,50
Indicação dos ciclos de vida do produto	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Casos de não-conformidade com regulamentos	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Informações produtos exigidas por regulamentos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Casos de não-conformidade com regulamentos	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Programas de adesão às leis, normas ref. MKT	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Reclamações - violação de privacidade clientes	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Valor monetário das multas ref. a produtos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Total	17,50	31,50	28,00	12,00	9,00	34,00	23,50

FONTE: elaborado pelo autor

3.6 Síntese

Após a conclusão das análises dos relatórios de sustentabilidade, acerca das subdivisões estabelecidas no relatório da *GRI*, tem-se:

Definição de conteúdo, qualidade e limite

As empresas que melhor apresentaram informações nesta seção foram, no período de 2007, Aracruz, Suzano, VCP e Irani. Notou-se que as entidades publicaram informações consistentes na maioria dos tópicos, havendo preocupação com a forma e clareza da divulgação. Em 2008, obteve-se uma avaliação linear entre as entidades, pois todas apresentaram significativa evolução. As empresas, em sua maioria, identificaram precisamente seus *stakeholders*, promoveram fóruns e comitês juntamente com os mesmos para elencar as principais preocupações e discutir temas relativos à sustentabilidade. Esta primeira seção é importante para que o usuário da informação visualize globalmente os pontos fortes e falhas estruturais do relatório de sustentabilidade. Neste aspecto, ao longo de dois anos, as companhias obtiveram êxito. Os gráficos abaixo exibem detalhadamente as pontuações obtidas pelas empresas neste tópico:

Gráfico 1 – Somatório de Pontos de conteúdo, qualidade e limite de 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 2 – Somatório de pontos de conteúdo, qualidade e limite de 2008

FONTE: elaborado pelo autor

Perfil

De modo geral, as entidades apresentaram pontuação superior a 50% dos critérios, com exceção da Cenibra, em 2008, que ficou muito atrás das demais. Muitas empresas ficaram com a legenda N.A. (não aplicável) em função dos critérios **explicação dos efeitos de reformulação e alterações significativas**. Esses últimos critérios tratam de informações subjetivas e sua importância é avaliada pelas próprias entidades. Notou-se também ausência de informações simples como **prêmios recebidos**, informações sobre a **localização da sede social e produtos comercializados**. Essas lacunas poderiam ter sido facilmente preenchidas pelos organizadores do relatório e não onerado algumas entidades. As declarações dos presidentes não atenderam às expectativas do conteúdo sugerido pela *GRI*. Em sua maioria, as declarações apresentaram discursos vagos, pouca menção ao âmbito de sustentabilidade, metas e desafios. Em 2008, os discursos presidenciais se assemelharam a um “desabafo” ou uma “justificativa” dos resultados em decorrência da crise econômica de 2008-2009. Nos gráficos a seguir é possível visualizar mais claramente e comparar as pontuações obtidas:

Gráfico 3 – Somatório de pontos de perfil de 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 4 – Somatório de pontos de perfil de 2008

FONTE: elaborado pelo autor

Governança, compromissos e externalidades

Nesta seção foram encontradas muitas omissões de informações, por parte da maioria das companhias, principalmente em relação às análises de desempenho e remunerações mais elevadas. O Princípio da Precaução foi absolutamente relegado por todas as entidades. Porém, notou-se que as empresas possuem de forma bem delineada suas missões e códigos de

conduta, exceto a empresa Orsa, que não publicou este critério em 2008. De modo geral, as entidades que mais apresentaram informações consistentes foram Irani e VCP em 2007 e VCP em 2008. Ainda em 2008, as entidades Aracruz e Irani também obtiveram pontuações elevadas. Os gráficos a seguir exibem com mais detalhes as respectivas pontuações:

Gráfico 5 – Somatório de pontos de governança, compromissos e engajamento de 2007
FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 6 – Somatório de pontos de governança, compromissos e engajamento de 2008
FONTE: elaborado pelo autor

Desempenho econômico

Este tópico complementa o relatório de sustentabilidade, pois contém informações de caráter econômico, que, por sua vez, é de extrema importância para os usuários da informação. De todas as seções, esta foi a que menos foi priorizada por todas as entidades. Em uma seleção de 14 critérios, as pontuações das companhias ficaram abaixo ou muito próximas de 50%. Em alguns casos, nem a Demonstração de Valor Adicionado foi publicada, como o caso da Klabin em 2008. Nota-se nos gráficos abaixo a discrepância das pontuações obtidas pelas corporações:

Gráfico 7 – Somatório de pontos informações econômicas de 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 8 – Somatório de pontos informações econômicas de 2008

FONTE: elaborado pelo autor

Ambiental

As pontuações que avaliam desempenho ambiental foram relativamente altas, em especial em 2008. A entidade Cenibra, mais uma vez, foi a que obteve pior avaliação, chegando a informar apenas 20% dos critérios em 2007. De modo geral, as entidades apresentaram significativa evolução na qualidade de divulgação de um ano para o outro, sendo Irani, Aracruz, Suzano e VCP as entidades que mais se destacaram. Em se tratando de um relatório intitulado de Relatório de Sustentabilidade, cujas informações publicadas são majoritariamente de caráter ambiental, nota-se que a maioria das corporações estão focando atenção nas necessidades dos *stakeholders*. Alguns critérios precisam ser abordados com mais detalhamento, como **estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade** pois esses assuntos, mesmo tendo sido abordados pela maioria das entidades, ainda precisam ser melhor esclarecidos aos usuários da informação. Os gráficos a seguir abordam mais claramente as pontuações obtidas:

Gráfico 9 – Somatório de pontos informações ambientais de 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 10 – Somatório de pontos informações ambientais de 2008

FONTE: elaborado pelo autor

Social

Esta seção foi a segunda que apresentou mais lacunas na divulgação. Notou-se que as entidades pouco têm se preocupado com a divulgação de informações referente a mão-de-obra e condições de trabalho. Percebe-se também que as companhias não têm investido maciçamente em treinamentos e avaliação de desempenho de funcionários. Este tópico deixou a desejar na maioria dos relatórios porque pouco se discorreu na importância da questão social dentro das companhias. De maneira geral, os discursos foram tênues e breves.

Gráfico 11 – Somatório de pontos informações sociais de 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 12 – Somatório de pontos informações sociais de 2008

FONTE: elaborado pelo autor

A pontuação das entidades em relação aos períodos analisados segue conforme as tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 21: Ranking de desempenho

Ano 2007		Ano 2008	
Empresa	Pontos	Empresa	Pontos
IRANI	8,5	IRANI	9
SUZANO	7,7	SUZANO	8
ARACRUZ	7,6	ARACRUZ	7,8
VCP	7,2	VCP	6,6
ORSA	4,8	ORSA	5,9
KLABIN	4,2	KLABIN	5,9
CENIBRA	2,9	CENIBRA	4,1

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 13 – Total: Ranking empresas em 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 14 – Total: Ranking empresas em 2008

FONTE: elaborado pelo autor

De acordo com o conteúdo das análises, percebe-se que houve, de fato, uma evolução notória, muito embora os relatórios precisem ser reformulados e analisados pelas entidades. Muitas informações sugerem revisões e alguns assuntos discutidos com maior profundidade, conforme anunciado ao longo das análises.

Claramente pode-se visualizar a formação de dois grupos distintos em meio às pontuações obtidas, em que se destacam Irani, Suzano, Aracruz e VCP em um primeiro patamar e logo em seguida, tem-se as companhias com avaliações inferiores como Orsa, Klabin e Cenibra. Entre 2007 e 2008, praticamente as entidades mantiveram o mesmo ranking, com exceção da empresa VCP, que como ilustra a figura abaixo, deixou 4.º lugar para assumir a liderança em 2008:

Ilustração 3 – Visualização do Ranking

Genericamente, as empresas discursaram intensamente sobre a crise de 2008-2009. A classificação da Cenibra na última posição, bem como a análise feita em cada um dos itens demonstra a inexistência de uma preocupação, no mínimo, de evidenciar sua postura em torno do tema sustentabilidade, visto que os dados apresentados estão muito aquém do recomendado pela *GRI* e do que é praticado pelas outras companhias do setor. A empresa Aracruz foi a única companhia que apresentou uma pontuação menor de um ano para o outro. Notou-se que o formato de seu relatório mudou consideravelmente no último ano publicado, pois sua estrutura passou a se assemelhar com um relatório misto de Administração e de Sustentabilidade.

No capítulo a seguir os resultados oriundos da análise dos relatórios serão confrontados com informações financeiras no intento de verificar se os pressupostos estabelecidos na presente pesquisa podem ser confirmados.

4. RESULTADOS FINANCEIROS CONFRONTADOS COM DESEMPENHO AMBIENTAL

Os gestores detêm autonomia para relacionar as informações a serem exibidas nos relatórios anuais, principalmente no relatório de administração, podendo também selecionar informações que demonstrem que suas empresas estão sendo mais bem geridas que as demais.

BETTMAN e WEITZ (1983) argumentam que o objetivo da administração é prover explicações, racionalização e legitimação para as atividades executadas na organização. Nesse processo de racionalização e legitimação, vários podem ser os motivos para que os administradores de empresas tentem manipular estrategicamente as informações apresentadas no relatório anual relacionadas com o desempenho da organização.

Nas análises financeiras, o esperado é que as companhias que tiveram melhor destaque – Irani, Suzano, Aracruz e VCP fossem as de maior faturamento, retorno sobre investimentos, endividamento e custo da dívida. As entidades de maior faturamento, uma vez possuem uma maior exposição, deveriam prestar conta sobre seus impactos ambientais à sua gama de interessados. Apesar do ROA (*Return On Assets*), o esperado é que as empresas que obtiveram destaque na eficiência de gerar recursos disponíveis aos gestores fossem aquelas que mais se destacariam no desempenho ambiental. O endividamento foi escolhido, pois, poderia indicar a influência dos fornecedores e financiadores de modo geral, na adoção e divulgação de informações sobre a conduta de sustentabilidade adotada pela corporação.

Nos quadros a seguir, relacionaram-se as informações financeiras, relativas ao ano de 2007 e 2008 das companhias mencionadas:

Tabela 22 - Informações financeiras das empresas de papel e celulose em 2007

	Klabin	Irani	Suzano	Aracruz	VCP	Orsa	Cenibra
Faturamento	3.365.195	440.347	3.962.702	4.352.175	3.007.028	823.712	1.235.533
Ativo	7.778.382	479.991	11.568.393	9.930.739	10.980.740	1.140.183	2.221.466
Passivo	5.064.791	379.055	7.193.712	4.569.719	5.347.845	886.811	1.432.874
P.L.	2.713.591	100.936	4.374.681	5.361.020	5.632.895	253.372	788.592
ROA	7,76%	3,04%	4,64%	11,58%	7,63%	-2,38%	9,50%
Lucro Líquido	603.623	14.595	536.601	1.150.131	837.594	-27.146	211.011
% Endividamento	65,11%	78,97%	62,18%	46,02%	48,70%	77,78%	64,50%

Fonte: Relatórios de Administração Anuais 2007 e CVM.

Nota-se claramente que as informações financeiras do período de 2007, considerando a maioria dos itens do quadro acima - como faturamento, ativo e patrimônio líquido - segregam as entidades em dois grupos distintos. O primeiro grupo é formado pelas entidades Aracruz, Suzano e VCP. O segundo grupo é composto pelas entidades Klabin, Cenibra, Orsa e Irani, conforme demonstra quadro abaixo:

Gráfico 17 – Informações Financeiras de 2007
 FONTE: Relatórios da Administração Anuais de 2007 e CVM.

Em 2008, ocorreram distorções nos resultados em virtude de operações no mercado futuro em dólar, contratados quando o câmbio estava estável para reduzir os custos de financiamento ou para especular, apostando na valorização do real frente ao dólar. Essas operações geraram prejuízos para algumas entidades, em especial a Aracruz.

Tabela 23 - Informações financeiras das empresas de papel e celulose em 2008

	Klabin	Irani	Suzano	Aracruz	VCP	Orsa	Cenibra
Faturamento	3.714.242	485.632	4.848.193	4.134.630	2.906.892	948.974	1.289.372
Ativo	8.242.200	563.540	12.958.479	11.867.860	11.464.405	1.178.224	2.895.769
Passivo	5.995.185	513.597	9.581.820	10.905.365	7.332.534	957.707	1.875.472
P.L.	2.247.015	49.943	3.376.659	962.495	4.131.871	220.517	1.020.297
ROA	-4,23%	-9,62%	-3,48%	-35,50%	-11,45%	-3,15%	2,45%
Lucro Líquido	-348.646	-54.223	-451.308	-4.213.455	-1.312.387	-37.168	71.031
% Endividamento	72,74%	91,14%	73,94%	91,89%	63,96%	81,28%	64,77%

FONTE: Relatórios de Administração Anuais 2008 e CVM.

É certo que os efeitos da crise atingiram todas as empresas deste segmento e distorceu principalmente informações pertinentes à entidade Aracruz. As demais empresas, ainda tendo sido afetadas, mantiveram a mesma configuração estrutural e financeira, de maneira que os grupos estabelecidos em 2007 se mantivessem.

A seguir são discutidos os pressupostos financeiros estabelecidos na presente pesquisa:

Faturamento

Acerca do faturamento, as empresas que se destacaram neste critério em 2007 foram Aracruz, Suzano e VCP e, atendendo inicialmente à lógica deste pressuposto, também essas entidades estão classificadas entre as que tiveram bom desempenho na divulgação ambiental. Logo, seguindo este raciocínio, deveria a empresa Aracruz apresentar o melhor desempenho ambiental, no entanto, a empresa que obteve esse êxito foi a Irani, que detém o menor faturamento entre as companhias analisadas. Como a empresa Cenibra foi a pior classificada em desempenho ambiental, de acordo com esse pressuposto, deveria ter apresentado o menor faturamento, o que também não foi verificado.

Em 2008, as empresas que obtiveram maior faturamento foram Suzano, Aracruz e Klabin. Novamente o menor faturamento foi auferido pela entidade Irani, que foi a segunda empresa com o melhor desempenho ambiental de 2008. A entidade classificada em primeiro foi a VCP que, contrariando o pressuposto, não teve faturamento em destaque frente às demais.

Logo, pode-se afirmar que o pressuposto *faturamento* não tem relação com o desempenho ambiental das entidades.

Endividamento

O *endividamento*, de acordo com as informações financeiras apresentadas pelas companhias, é o pressuposto que mais gera discussões. O esperado é que as companhias com perfil

recorrente à busca de créditos ou que possuem o maior custo ponderado das dívidas fossem apresentar um melhor desempenho na divulgação ambiental, pois maior é a cobrança de ações socioambientais responsáveis para entidades tomadoras de créditos. Ao elencar e classificar as companhias de acordo com esse pressuposto, os grupos formados no início da análise se fragmentam e, fatalmente, a entidade Irani passa a ser foco da análise. Em virtude de seu alto desempenho ambiental e, obedecendo a lógica concebida pelo pressuposto endividamento, a empresa Irani atende à expectativa esperada. Nota-se claramente que o montante relativo de endividamento dessa companhia é superior às demais, bem como seu custo ponderado da dívida. Em síntese, poder-se-ia asseverar que o bom desempenho ambiental da referida empresa é justificado pelo pressuposto endividamento.

Não obstante, a empresa Orsa, que em ambos os períodos analisados apresenta o segundo maior endividamento, tanto em volume quanto em custo de captação, não apresenta um bom desempenho ambiental. Esse comportamento atípico da entidade Orsa contrapõe a lógica estabelecida pelo pressuposto. Ademais, as empresas que mais se destacam no quesito endividamento foram Irani, Orsa, Klabin e Cenibra, em 2007 e Irani, Orsa e Suzano em 2008. Ou seja, essas empresas não apresentaram um bom desempenho na divulgação socioambiental, com exceção da Irani e Suzano, mas apresentaram alto endividamento, portanto, o presente pressuposto também não permite associar a *performance* da divulgação com o endividamento.

Logo, pode-se afirmar que o pressuposto *endividamento* não tem relação com o desempenho ambiental das entidades.

ROA

Neste pressuposto, o esperado é que as entidades que apresentam o maior retorno dos investimentos seriam as que tivessem o melhor desempenho ambiental, associando assim, eficiência na gestão dos recursos disponíveis à qualidade de divulgação de informações socioambientais. Em 2007, esta lógica não pôde ser confirmada, pois as entidades que apresentaram maior ROA foram Aracruz, Cenibra e Klabin. Com exceção da Aracruz, as outras duas entidades não se destacaram em desempenho ambiental e, portanto, não houve relação entre esse pressuposto e desempenho ambiental.

Em 2008 a crise financeira maculou as demonstrações financeiras da maioria das entidades e gerou perdas nas demonstrações. Como o resultado foi deveras afetado nessas demonstrações em função de um contexto econômico mundial, pouco relacionado com as operações das entidades, foi realizada uma normalização das Demonstrações de Resultados. O objetivo desta normalização é estornar os efeitos gerados pelos prejuízos financeiros atípicos e classificar de maneira mais genuína o ROA das entidades, conforme exposto no quadro abaixo:

Tabela 24 - Normalização do Índice ROA em 2008

	Aracruz	VCP	Irani	Suzano	Klabin	Orsa	Cenibra
Despesas	-1.641.709	-433.822	-	-2.095.657	-1.211.680	-78.106	-47.962
Receitas	412.682	178.137	-	521.960	306.472	14.022	29.804
Derivativos	-4.695.569	-	-	-	-	-	-
Variação Camb. Ativa	-	1.233.441	-	-	-	-43.221	-
Variação Camb.Pass.	-	-2.493.724	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	-5.924.596	-1.515.968	-91.189	-1.573.697	-905.208	-107.305	-18.158
Resultado 2008	-5.353.018	-1.312.387	-54.223	-451.308	-348.646	-37.168	71.031
Resultado Ajustado	571.578	203.581	36.966	1.122.389	556.562	70.137	89.189
ATIVO	11.867.860	11.464.405	563.540	12.958.479	8.242.200	1.178.224	2.895.769
ROA ajustado	4,82%	1,78%	6,56%	8,66%	6,75%	5,95%	3,08%

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos Relatórios de Administração Anuais 2008 e CVM.

No quadro seguem recortes das demonstrações focando o resultado financeiro de todas as entidades. Nota-se que o resultado financeiro gerou distorções no lucro dessas companhias e, portanto, o resultado financeiro foi estornado no lucro líquido do exercício. É importante que seja percebida a alteração dos resultados e, a partir do novo ROA calculado, realizar as discussões acerca do pressuposto.

Ainda assim, com o novo *ranking* estabelecido, as companhias que apresentaram o maior ROA foram Suzano, Klabin e Irani. As empresas Irani e Suzano apresentam, conforme demonstrado anteriormente, um bom desempenho ambiental, entretanto a Klabin dista deste grupo. Ademais, como pode ser notado no quadro acima, a empresa VCP apresenta o menor ROA e, em 2008, foi a líder em desempenho ambiental.

Logo, pode-se afirmar que o pressuposto *ROA* não tem relação com o desempenho ambiental das entidades.

Propôs-se, também, a verificação da relação entre custo de capital de terceiros e adesão às diretrizes da *GRI*. A seguir são apresentados custos apurados de endividamento calculados com base nas informações financeiras publicadas de cada corporação, bem como o detalhamento nas notas explicativas.

É importante salientar que no cálculo do custo da dívida (K_i), algumas considerações foram feitas, genericamente, para todas as entidades. Todas as considerações são informadas posteriormente a cada quadro representativo das respectivas entidades.

Aracruz Celulose e Papel S.A

A empresa Aracruz Celulose e Papel S.A apresenta em seu relatório de administração com rigor e transparência o montante de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira, além dos custos médios de cada operação. Visando encontrar a constante de endividamento (K_i) mais próxima da realidade desta corporação, no quadro a seguir aponta-se uma ponderação de todas as dívidas com instituições financeiras:

Tabela 25 - Informações Financeiras de Aracruz Celulose e Papel S.A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)						7,34%
47%	MOEDA NACIONAL		Percentual Endividamento			8,84%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO	
76%	1.101.848	7,0 a 10,50	8,75	6,68	EMPRÉSTIMOS COM BASE TJLP	
16%	229.803	7,0 a 9,76	8,38	1,33	EMPRÉSTIMOS "CESTA DE MOEDAS"	
7%	98.012	100% CDI	11,11	0,75	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO	
1%	13.978	6,75 a 8,75	7,75	0,08	OUTRAS MOEDAS	
	1.443.641			8,84		
53%	MOEDA ESTRANGEIRA		Percentual Endividamento			6,03%
%	VALOR	TAXA	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO	
99%	1.626.999	5,73 a 6,34	6,03	5,97	CONTRATOS DE CâMBIO	
1%	18.770	4,56 a 6,88	5,72	0,07	OUTROS EMPRÉSTIMOS	
	1.645.769		5,87	6,03		

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

Nesta análise, referente ao período de 2007, foram segregados os montantes de dívida em moeda nacional e estrangeira. A Aracruz não apresenta em seu Relatório de Administração de

2007 o custo efetivo de todo seu endividamento e, para tanto, conforme informado no quadro, foram realizados os cálculos das médias aritméticas e ponderadas. Por exemplo, consta no Relatório de Administração que em moeda nacional a Aracruz detém R\$1.101.840 emprestados à taxas que variam entre 7,0% a 10,50%. Como não há mais nenhuma menção detalhada sobre a taxa deste montante, foi considerada uma taxa média de 8,75% $(7,0\%+10,50\%/2)$. Em função desse endividamento de \$1.101.840 corresponder a 76% da dívida em moeda nacional, foi feita uma ponderação de 76% nesta dívida, chegando a um custo de 6,68%. Respeitando essa mesma lógica, as outras dívidas em moeda nacional também foram ponderadas.

Acerca do custo total de endividamento (Ki), seu cálculo procedeu da seguinte forma: como o custo ponderado de juros em moeda nacional da Aracruz totalizou 8,95% e a dívida nacional corresponde a 47% da dívida total da entidade, foi feita uma ponderação de 47% deste custo para o cálculo total. Da mesma forma, foi procedido o cálculo em relação à dívida estrangeira. O custo total ponderado da dívida da entidade Aracruz totalizou 7,34% a.a em 2007.

Considerações adicionais sobre o cálculo: entre os valores de endividamento contraído em moeda nacional, o montante de \$98.012 reais está atrelado a uma taxa relativa a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foi considerada uma taxa anual de CDI de 11,11%⁹ a.a. Acerca do endividamento em moeda estrangeira, é importante salientar que além da taxa de juros, deve também ser considerada a variação cambial. Como a variação cambial depende da data de pagamento da dívida, não foi considerada a variação do dia 31/12/2007 por não se tratar, efetivamente, de um valor próximo a realidade, haja vista que a dívida não seria quitada na data de publicação do balanço. Ademais, faz-se necessário acrescentar que, geralmente (não se pode afirmar que seja o caso da entidade em questão), quando se contrai um empréstimo atrelado a uma moeda estrangeira, a corporação se protege da volatilidade do câmbio por meio de operações de *hedge*, ou seja, anulando qualquer efeito cambial no endividamento.

Ainda sobre a Aracruz, pretendeu-se levantar, assim como com as demais companhias, o custo total ponderado das dívidas para o ano de 2008. Mesmo havendo publicação do

⁹ Taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil referente ao ano de 2007.

Relatório Anual da Aracruz para 2008, no mesmo não constam informações relativas ao custo da dívida como em 2007. Em decorrência dessa ausência de informação, na análise de 2008 a presente entidade ficará excluída.

Klabin S.A

A entidade Klabin S.A, em 2007, apresenta uma maior variedade de taxas para seu endividamento em moeda nacional, com indexações em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Tabela 26 - Informações Financeiras de Klabin S/A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					7,81%
51%	MOEDA NACIONAL				9,10%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
80%	1.644.075	6,0 a 10,50%	8,25	6,57	BNDES
0%	1.423	TJLP (10,00)	6,25	0,00	FINAME
8%	160.821	97,0 a 106,1 CDI	12,74	0,99	CRÉDITO EXPORTAÇÃO
11%	229.326	103,0 a 106,10 CDI	13,09	1,46	CAPITAL DE GIRO
1%	27.699	2 a 8,7	5,35	0,07	OUTROS
	2.063.344			9,10	
49%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,49%
0%	7.008	USD + 8,8	8,80	0,03	PROPERTY, PLANT E EQUIPAMENT
80%	1.590.857	USD + 5,4 a 6,9	6,15	4,90	PRÉ PAGAMENTOS EXPORTAÇÃO
20%	399.134	USD + 7,5 a 8,1	7,80	1,56	OUTROS
	1.996.999			6,49	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

Conforme exposto anteriormente, para a análise referente ao período de 2007, o critério de ponderação das taxas de juros foi adotado equitativamente para todas as entidades. Para o cálculo do endividamento em moeda nacional da Klabin, a taxa de juros TJLP considerada foi de 6,25¹⁰% a.a. É importante destacar que no Relatório da Administração de 2007 da referida entidade, consta o valor de \$1.424 de reais em Finame, com a taxa descrita como “TJLP (10,0)”. Neste caso, foi considerada a taxa de 6,25% a.a por se tratar de uma nomenclatura desconhecida e não haver nenhuma elucidação nas notas explicativas. Ademais, conforme exposto no quadro, esse montante de dívidas é próximo de 0%, não implicando nenhum

¹⁰ Segundo Banco Central do Brasil, em 2007.

impacto na ponderação da taxa. O Ki encontrado foi levemente superior ao da Aracruz, 7,81% a.a em 2007.

Em 2008, a empresa Klabin não informou informações completas acerca de seu endividamento. Em seu Relatório Anual não constaram as descrições sobre cada linha de financiamento contraído como no ano anterior. O que se obteve divulgado foram notas que informaram o montante total de endividamento, segregado em moeda nacional e estrangeira e a taxa média de juros, conforme quadro abaixo:

Tabela 27 - Informações Financeiras de Klabin S/A em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)						7,70%
46%	MOEDA NACIONAL					10,80%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO	
100%	2.488.000	10,80	10,80	10,80	NÃO DESCREVE EM 2008	
	2.488.000		10,8	10,80		
54%	MOEDA ESTRANGEIRA					5,10%
100%	2.963.000	5,10	5,10	5,10	NÃO DESCREVE EM 2008	
	2.963.000			5,10		

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Utilizando-se as mesmas ponderações para o cálculo, tem-se que o custo ponderado das dívidas da Klabin ficou inferior a 2007, mesmo o endividamento total tendo aumentado, 7,70% a.a.

Suzano Celulose e Papel

A empresa Suzano, em 2007, foi a que mais detalhou em seu Relatório de Administração as taxas contraídas em todo o montante de endividamento. Analisando esta entidade, não foi necessária a apuração de médias aritméticas de alguns financiamentos, pois todos os números apresentados estavam seguidos de suas respectivas taxas.

Tabela 28 - Informações Financeiras de Suzano Papel e Celulose S/A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					7,47%
45%	MOEDA NACIONAL				8,64%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
78%	1.725.360	8,50	8,50	6,61	BNDES - FINEM
12%	264.023	8,87	8,87	1,06	BNDES - FINEM
1%	19.183	9,87	9,87	0,09	BNDES - FINAME
0%	175	9,26	9,26	0,00	BNDES - FINAME
2%	49.195	9,21	9,21	0,20	BNDES - AUTOMÁTICO
0%	6.014	9,26	9,26	0,03	BNDES - AUTOMÁTICO
6%	132.822	9,78	9,78	0,59	FNE - BNB
0%	10.878	6,00	6,00	0,03	FINEP
0%	10.716	8,75	8,75	0,04	CRÉDITO RURAL
2.218.366				8,64	
55%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,53%
71%	1.961.322	5,89	5,89	4,18	FINANCIAMENTO EXPORTAÇÃO
12%	339.544	5,81	5,81	0,71	FINANCIAMENTO EXPORTAÇÃO
3%	90.146	7,07	7,07	0,23	NORDIC INVESTMENT BANK
8%	224.294	11,94	11,94	0,97	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
2%	53.139	6,65	6,65	0,13	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
0%	5.731	6,65	6,65	0,01	OUTROS
3%	87.548	9,03	9,03	0,29	ARRENDAMENTO FINANCEIRO
2.761.724				6,53	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

A taxa ponderada de juros (Ki) encontrada foi de 7,47% a.a.

Em 2008, a qualidade na descrição de seu endividamento manteve-se a mesma. Notou-se que neste ano o endividamento da presente entidade também aumentou, bem como o custo ponderado de sua dívida.

Tabela 29 - Informações Financeiras de Suzano Papel e Celulose S/A em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					7,53%
47%	MOEDA NACIONAL				8,64%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
77%	1.889.498	8,50	8,50	6,50	BNDES - FINEM
15%	374.815	8,87	8,87	1,35	BNDES - FINEM
0%	10.909	9,87	9,87	0,04	BNDES - FINAME
0%	229	9,26	9,26	0,00	BNDES - FINAME
0%	6.444	9,21	9,21	0,02	BNDES - AUTOMÁTICO
0%	890	9,26	9,26	0,00	BNDES - AUTOMÁTICO
6%	157.408	9,78	9,78	0,62	FNE - BNB
0%	7.636	6,00	6,00	0,02	FINEP
1%	21.328	8,75	8,75	0,08	CRÉDITO RURAL
2.469.157				8,64	
53%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,53%
71%	1.961.322	5,89	5,89	4,17	FINANCIAMENTO EXPORTAÇÃO
12%	339.544	5,81	5,81	0,71	FINANCIAMENTO EXPORTAÇÃO
3%	90.146	7,07	7,07	0,23	NORDIC INVESTIMENT BANK
8%	224.294	11,94	11,94	0,97	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
2%	53.139	6,65	6,65	0,13	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
0%	5.731	6,65	6,65	0,01	OUTROS
3%	93.110	9,03	9,03	0,30	ARRENDAMENTO FINANCEIRO
2.767.286				6,53	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Com base nas informações divulgadas, tem-se que em 2008 o custo ponderado da dívida (Ki) da entidade Suzano foi de 7,53% a.a.

Cenibra Celulose

A entidade Cenibra apresenta, em 2007, uma grande variação em seus financiamentos e não realiza nenhum detalhamento em relação às taxas. Por exemplo, existe um montante de empréstimos divulgado no Relatório de Administração que compreende taxas de 1,16% a 9,37%. Neste caso, a taxa considerada foi a média aritmética entre as taxas divulgadas $(1,16\% + 9,37\% / 2)$, pois não ocorre nenhum outro detalhamento nas notas explicativas. Essa alta variação pode ter onerado o cálculo ponderado dos custos do endividamento da entidade.

Tabela 30 - Informações Financeira de Cenibra – Celulose Nipo Brasileira S/A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					5,72%
8%	MOEDA NACIONAL				7,86%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
14%	11.748	1,16 A 9,37	5,26	0,74	EMPR. - VARIAÇÃO MONETÁRIA
20%	16.715	6,75	6,75	1,34	RESOLUÇÃO BACEN 2.746 (b)
66%	55.525	TJLP DE 2,5%	8,75	5,78	OUTROS
	83.988			7,86	
92%	MOEDA ESTRANGEIRA				5,52%
89%	818.594	LIBOR + 0,70	5,53	4,92	PRÉ PAGAMENTO
11%	101.534	5,38 a 5,49	5,43	0,60	ADIANTAMENTO CAMBIAL
	920.128			5,52	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

Em relação ao endividamento contraído em moeda estrangeira, a LIBOR considerada foi de 4,83% a.a, de acordo com valor divulgado no portal do BNDES em 31/12/2007. A taxa ponderada encontrada foi de 5,72% a.a, sendo o menor custo de endividamento entre as entidades da amostra.

No período de 2008, a entidade Cenibra apresentou aumento em seu endividamento, muito embora seu custo ponderado de dívidas tenha reduzido. Essa redução se deve em razão de seu endividamento ter sido contraído em moeda estrangeira.

Em relação às taxas, ressalta-se que a TJLP foi considerada em 6,25% a.a. conforme divulgado no portal do BNDES em 31/12/2008. Para a LIBOR, considerou-se 4,83% a.a pela mesma fonte.

O custo ponderado das dívidas (Ki) em 2008 foi de 5,65% a.a conforme demonstra quadro a seguir:

Tabela 31 - Informações Financeira de Cenibra – Celulose Nipo Brasileira S/A em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					5,65%
6%	MOEDA NACIONAL				7,86%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
11%	9.129	1,16 A 9,37 6,75 OU VC E	5,265	0,58	EMPR. - VARIAÇÃO MONETÁRIA
25%	20.682	0,90	6,75	1,69	RESOLUÇÃO BACEN 2.746
64%	52.786	TJLP DE 2,5%	8,75	5,59	OUTROS
	82.597			7,86	
94%	MOEDA ESTRANGEIRA				5,51%
84%	1.100.880	LIBOR + 0,70	5,53	4,63	PRÉ PAGAMENTO
16%	212.738	VC + 5,38 A 5,49	5,435	0,88	ADIANTAMENTO CAMBIAL
	1.313.618			5,51	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Votorantim Celulose e Papel

A empresa Votorantim Celulose e Papel apresenta no seu endividamento em moeda nacional uma indexação com “cesta de moedas”. Neste caso, a taxa de juros considerada para “cesta de moedas” foi de 6,65% a.a segundo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES) em dezembro de 2007.

Tabela 32 - Informações Financeira Votorantim Celulose e Papel em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					6,81%
14%	MOEDA NACIONAL				10,06%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
75%	281.374	TJLP+3,68	9,93	7,47	EMPRÉSTIMO JUNTO AO BNDES
10%	38.832	C.MOEDA+3,8	10,45	1,08	CESTA DE MOEDAS
14%	53.893	94% CDI	10,44	1,50	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
0%	-	94% CDI	10,44	0,00	OUTROS
	374.099			10,06	
86%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,28%
66%	1.502.156	LIBOR+1,08	5,91	3,88	CRÉDITOS EXPORTAÇÃO
16%	355.718	7,75	7,75	1,20	BONDS "VOTO IV"
3%	76.600	7,88	7,88	0,26	EUROBONDS (EMITIDO PELA "VEP")
12%	267.524	LIBOR+1,12	5,95	0,69	CRÉDITOS EXPORTAÇÃO
4%	88.565	56% CDI	6,22	0,24	RESOLUÇÃO 2770
0%	-	5,73	5,73	0,00	OUTROS
	2.290.563			6,28	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

Em moeda estrangeira, as indexações encontradas foram em LIBOR e CDI. As taxas foram consideradas, respectivamente, 4,83% a.a e 11,11% a.a segundo Banco Central do Brasil em dezembro de 2007.

A taxa ponderada encontrada (Ki) foi de 6,81% a.a em 2007.

Em 2008, a empresa Votorantim não descreveu os indexadores de seus financiamentos em moeda estrangeira. Em suas notas explicativas, informou exatamente as taxas de cada financiamento oriundo de capital externo, não sendo necessário o ajuste médio para cálculo das taxas.

Tabela 33 - Informações Financeira Votorantim Celulose e Papel em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					5,12%
13%	MOEDA NACIONAL				12,42%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
40%	239.370	TJLP+3,68	9,93	3,98	EMPRÉSTIMO JUNTO AO BNDES
7%	41.990	C.MOEDA+3,8	10,45	0,73	CESTA DE MOEDAS
10%	60.176	94% CDI	12,83	1,29	NOTA DE CRÉDITO EXPORTAÇÃO
17%	102.814	134 % CDI	18,29	3,15	CAPITAL DE GIRO
9%	52.331	CDI + 1%	14,65	1,28	LEASING
17%	100.873	VC ou 86% CDI	11,74	1,98	DUPLO INDEXADOR
597.554				12,42	
87%	MOEDA ESTRANGEIRA				4,07%
67,4%	2.793.074		3,91	2,64	CRÉDITOS EXPORTAÇÃO
11,3%	466.529		4,25	0,48	BONDS "VOTO IV"
3,0%	125.321		7,88	0,24	EUROBONDS (EMITIDO PELA "VEP")
14,1%	582.707		4,23	0,59	CRÉDITOS EXPORTAÇÃO
2,8%	117.743		2,15	0,06	RESOLUÇÃO 2770
0,5%	19.703		4,00	0,02	FINIMP
0,9%	38.294		4,16	0,04	LEASING
4.143.371				4,07	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Em 2008 o endividamento da entidade Votorantim aumentou consideravelmente, entretanto seu custo de capitação ficou inferior. O que justifica essa redução, assim como a empresa Cenibra, foi a contratação de dívidas com custo inferior, principalmente em moeda estrangeira. O Ki calculado para 2008 foi de 5,12% a.a.

Orsa S.A

Em comparação às demais entidades, a Orsa apresenta um endividamento bem inferior (em volume). Entretanto, nota-se que suas taxas de captação são relativamente maiores.

Tabela 34 - Informações Financeiras Orsa S/A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					8,72%
83%	MOEDA NACIONAL				9,28%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
77%	109.346	8,5 a 10%	9,25	7,09	FINAME
23%	33.229	6,75 a 12%	9,37	2,18	OUTRAS INSTITUIÇÕES
	142.575			9,28	
17%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,00%
100%	29.166	VC+6%	6%	6%	INST. FINANCEIRAS

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

Analisando as notas explicativas da presente entidade tem-se uma taxa ponderada de captação (Ki) de 8,72% a.a em 2007.

Tabela 35 - Informações Financeiras Orsa S/A em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					7,61%
49%	MOEDA NACIONAL				9,29%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
67%	102.548	8,5 a 10%	9,25	6,21	FINAME
33%	50.269	6,75 a 12%	9,37	3,08	OUTRAS INSTITUIÇÕES
	152.817			9,29	
51%	MOEDA ESTRANGEIRA				6,00%
100%	160.060	VC+6%	6,00	6,00	INST. FINANCEIRAS
	160.060			6,00	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Em 2008 a empresa Orsa aumentou consideravelmente seu endividamento em moeda estrangeira e seu custo ponderado Ki passou para 7,61% a.a.

Celulose Irani

A entidade Celulose Irani S.A apresenta pouco detalhamento em suas notas explicativas referindo-se ao endividamento da entidade, principalmente em relação ao endividamento em moeda estrangeira.

Na Análise do custo ponderado de endividamento da referida entidade, tem-se uma capitação em moeda nacional vinculada a taxas individuais e ao CDI. O montante de endividamento em maior volume é vinculado a moedas estrangeiras. Nas notas explicativas não consta um detalhamento sobre a peculiaridade dos empréstimos, sendo informada apenas uma média de taxas acrescida da variação cambial. Desse modo, foi feita uma média aritmética entre 6,0% a 11,05% a.a (informações contidas nas notas explicativas).

Dentre as entidades analisadas, a Irani é a que apresenta maior endividamento proporcional como também em custo de capitação ponderado. Claramente a presente entidade é líder isolada em relação ao pressuposto endividamento, posicionando-se muito acima das demais.

Em ambos os períodos analisados, notou-se que a Celulose Irani detém custos ponderados de dívida (Ki) de 8,28% a.a em 2007 e 9,45% a.a em 2008, conforme quadros abaixo:

Tabela 36 - Informações Financeiras Celulose Irani S/A em 2007

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					8,28%
29%	MOEDA NACIONAL				7,68%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
18%	12.148	2 A 8,5	5,25	0,93	FINAME
		100% A 120%			
25%	16.897	CDI	12,221	3,02	CAPITAL DE GIRO
47%	32.329	2 A 8,5	5,25	2,49	FINAME
10%	6.922	100 A 120% CDI	12,221	1,24	CAPITAL DE GIRO
	68.296			7,68	
71%	MOEDA ESTRANGEIRA				8,53%
6%	9.974	6 a 11,05	8,525	0,50	ADTO. CONTRATO CAMBIO
1%	2.500	6 a 11,05	8,525	0,12	BANCO VOTORANTIM
2%	4.106	6 a 11,05	8,525	0,20	BANCO ITAÚ
0%	359	6 a 11,05	8,525	0,02	DF DEUTSCHE FORFAIT
0%	328	6 a 11,05	8,525	0,02	TORONTO DOMINION BANK
8%	13.144	6 a 11,05	8,525	0,66	BANCO CREDIT SUISSE
0%	756	6 a 11,05	8,525	0,04	BANCO C.I.T.
3%	4.646	6 a 11,05	8,525	0,23	BANCO SANTANDER
1%	1.250	6 a 11,05	8,525	0,06	BANCO VOTORANTIM
1%	1.076	6 a 11,05	8,525	0,05	DF DEUTSCHE FORFAIT
1%	1.148	6 a 11,05	8,525	0,06	TORONTO DOMINION BANK
65%	111.721	6 a 11,05	8,525	5,57	BANCO CREDIT SUISSE
2%	3.025	6 a 11,05	8,525	0,15	BANCO C.I.T.
5%	8.143	6 a 11,05	8,525	0,41	BANCO ABN AMRO
5%	8.689	6 a 11,05	8,525	0,43	BANCO SANTANDER
	170.865			8,53	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2007.

No quadro acima, referente ao período de 2007, a empresa Irani apresenta uma configuração pulverizada de endividamentos, diferentemente das outras companhias analisadas do mesmo setor. Genericamente, em meio às demais empresas analisadas, notou-se que o endividamento é mais concentrado em algumas instituições e linhas de crédito.

Em 2008 a configuração de endividamento pulverizado se manteve e o custo ponderado das dívidas Ki foi muito superior a ano anterior, totalizando 9,45% a.a.

Tabela 37 - Informações Financeiras Celulose Irani S/A em 2008

Endividamento Ponderado (Moeda Nacional e Estrangeira)					9,45%
36%	MOEDA NACIONAL				11,09%
%	VALOR	TAXA %	TAXA MÉDIA	TAXA POND.	DESCRIÇÃO
14%	16.623	2 A 8,5	5,25	0,74	FINAME
		100% A 120%			
30%	35.144	CDI	15,015	4,47	CAPITAL DE GIRO
27%	31.656	2 A 8,5	5,25	1,41	FINAME
28%	32.832	100 A 120% CDI	15,015	4,18	CAPITAL DE GIRO
1%	1.752	1,12% e 1,86%	20,00	0,30	LEASING FINANCEIRO
	118.007			11,09	
64%	MOEDA ESTRANGEIRA				8,53%
1%	2.311	6 a 11,05	8,525	0,09	ADIANTAMENTO CONTRATO CAMBIO
2%	4.329	6 a 11,05	8,525	0,18	BANCO VOTORANTIM
8%	17.543	6 a 11,05	8,525	0,71	BANCO ITAÚ
0%	928	6 a 11,05	8,525	0,04	DF DEUTSCHE FORFAIT
0%	434	6 a 11,05	8,525	0,02	TORONTO DOMINION BANK
2%	4.133	6 a 11,05	8,525	0,17	BANCO CREDIT SUISSE
1%	1.257	6 a 11,05	8,525	0,05	BANCO C.I.T.
1%	2.702	6 a 11,05	8,525	0,11	BANCO SANTANDER
3%	5.946	6 a 11,05	8,525	0,24	BANCO VOTORANTIM
0%	464	6 a 11,05	8,525	0,02	DF DEUTSCHE FORFAIT
1%	1.086	6 a 11,05	8,525	0,04	TORONTO DOMINION BANK
71%	148.240	6 a 11,05	8,525	6,02	BANCO CREDIT SUISSE
2%	3.771	6 a 11,05	8,525	0,15	BANCO C.I.T.
4%	8.720	6 a 11,05	8,525	0,35	BANCO ABN AMRO
4%	8.106	6 a 11,05	8,525	0,33	BANCO SANTANDER
	209.970			8,53	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Notas Explicativas do Relatório de Administração de 2008.

Tem-se, portanto, as tabelas e gráficos finais, apresentando as informações concernentes ao Ki consolidadas das entidades da amostra:

Tabela 38 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki)

Empresa	Ki 2007	Ki 2008
Cenibra Celulose	5,72%	5,65%
Votorantim Celulose e Papel	6,93%	5,12%
Aracruz Celulose e Papel	7,34%	----
Suzano Celulose e Papel	7,44%	7,53%
Klabin S/A	7,81%	7,70%
Celulose Irani	8,28%	9,45%
Orsa S/A	8,72%	7,61%
Média	7,46%	7,18%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 16 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki) em 2007

FONTE: elaborado pelo autor

Gráfico 17 - Taxas de Capitação Ponderadas (Ki) em 2008

FONTE: elaborado pelo autor

De acordo com o pressuposto de custo ponderado da dívida (Ki), o esperado é que as empresas com maior Ki fossem aquelas que possuem a melhor qualidade na divulgação de informações socioambientais, em virtude das linhas de financiamento com taxas mais atrativas serem disponibilizadas para empresas socialmente responsáveis, conforme discutido anteriormente no tópico 1.9 .

Inicialmente, conforme estabelecido pelo pressuposto *Endividamento*, pode-se visualizar claramente que a empresa Irani, que detém a melhor qualidade de divulgação ambiental,

possui também o maior endividamento (proporcional) e também o maior custo ponderado da dívida (Ki). Em meio a esse contexto, não seria ilógico associar seu alto desempenho ambiental com seu alto custo de captação de recursos, uma vez que sabe-se que empresas com perfil recorrente ao crédito estão mais expostas a serem fiscalizadas, conforme discutido no Capítulo 1. Por essa razão, poderia se chegar a justificar, com as devidas ressalvas e incertezas, que existe uma relação entre Endividamento e Desempenho Ambiental. Não obstante, os números da entidade Cenibra contrapõem a lógica dessa relação.

A companhia Cenibra, detém o pior desempenho ambiental e, seguindo a lógica sugerida pelo pressuposto *Endividamento*, deveria, logo, apresentar um alto custo ponderado de dívidas (Ki), o que não ocorre. Nos períodos de 2007 e 2008 o Ki da empresa Cenibra está listado entre os menores.

Nota-se, portanto, que o pressuposto que sugere o custo da dívida (Ki) como fator que influencia a qualidade das divulgações, também não é atendido.

É importante destacar que a análise deste tópico possui limitações e os custos ponderados da dívida podem sofrer algumas variações em virtude da crise econômica de âmbito mundial iniciada em 2008. Essa crise trouxe consigo problemas financeiros à maioria das companhias que operam com derivativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentabilidade é um conceito amplamente discutido em diversos países em âmbito governamental, econômico-financeiro, social e acadêmico. Ao longo das últimas décadas, importantes pesquisas têm contribuído para a evolução do conceito e, paralelamente a esses estudos, a pressão dos *stakeholders*, sob a égide de um apelo social dinâmico e público, tem interferido na postura das entidades dos mais diversos segmentos, indagando posturas transparentes e prestação de informações mais claras a toda gama de interessados.

Além de uma cobrança de caráter externo, internamente as empresas passaram a sofrer importantes transformações: os negócios, em sua essência, deixaram de ser individuais sendo instaurados novos atores que definem a sua existência, afetando os antigos valores assumidos pelas entidades.

O propósito tomado pela presente pesquisa consiste em analisar as informações ambientais das empresas do setor de papel e celulose e compará-las com o desempenho financeiro dessas companhias. A escolha deste setor é fundamentada pelo fato de se tratar de um segmento com potencial danoso ao ambiente, desde o cultivo e extração da matéria-prima até os processos de industrialização. As informações de caráter ambiental foram retiradas dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade publicados em meio digital e as informações financeiras foram extraídas das demonstrações contábeis presentes nos Relatórios Anuais de Administração e Comissão de Valores Imobiliários – CVM.

A escolha das empresas em que a pesquisa se ampara foi efetuada por meio de consulta às entidades listadas na Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel). As empresas selecionadas foram Aracruz Celulose e Papel S.A, Votorantim Celulose e Papel S.A, Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra, Orsa Celulose, Suzano Papel e Celulose S.A, Celulose Irani e Klabin S.A, em virtude de serem todas aquelas em que a atividade se restringe à produção de papel e celulose e também em razão de suas informações financeiras e ambientais estarem disponíveis ao público.

As análises das informações ambientais foram conduzidas e estruturadas de acordo com o modelo estabelecido pela *GRI (Global Reporting Initiative)*, ONG sediada na Holanda de

expressividade internacional. A razão da escolha desse modelo é justificada pela alta aceitação internacional do modelo, além de as informações contidas englobarem aspectos qualitativos e quantitativos. Os conceitos padrões A, B e C, bem como os intermediários A+, B+ e C+ foram desconsiderados, pois nem todas as corporações publicam seus relatórios anuais neste formato, não obstante, todos os quesitos foram analisados imparcialmente, independente do modelo adotado por cada uma delas.

A descrição do problema de pesquisa visava investigar se de acordo com os modernos modelos de gestão amparados com os ideais de responsabilidade social, sustentabilidade e governança corporativa estão firmando, de fato, relação com as informações financeiras da amostra de companhias do setor de papel e celulose.

Os resultados ensejados pelo estudo sugeriram basicamente três pressupostos: i) o nível de atendimento às diretrizes da *GRI* tem relação com o *faturamento*; ii) o nível de atendimento às diretrizes do *GRI* tem relação com o endividamento e/ou custo ponderado das dívidas das corporações; iii) o nível de atendimento às diretrizes da *GRI* tem relação com sua eficiência de gerar recursos, representada pelo ROA (*Return on Assets*).

Para tanto, a metodologia utilizada foi a exploratória-descritiva, a partir da análise documental de materiais divulgados pelas companhias em seus relatórios anuais e sites na internet, além da revisão bibliográfica.

As teorias que embasaram a presente pesquisa foram tratadas como complementares, sendo a Teoria da Legitimidade e Teoria dos *Stakeholders*. A primeira embasa a intenção das corporações legitimarem suas ações por meio da divulgação, em razão de deficiências identificadas ao longo dos períodos e a Teoria dos *Stakeholders* prima pela importância de se publicar informações a toda a gama de interessados e a influência na escolha de determinadas divulgações em detrimento de outras.

Os pressupostos sugeridos como faturamento, endividamento e retorno sobre os ativos não se confirmaram pelo comportamento das entidades contempladas no estudo. Acerca do faturamento, as empresas que melhor apresentaram desempenho na divulgação ambiental foram aquelas que detiveram o maior faturamento, de fato, mas importantes exceções como a

Irani, que se destacou no desempenho ambiental e teve o menor faturamento, contrapuseram a lógica deste pressuposto.

Em relação ao endividamento, as empresas que apresentaram melhor divulgação ambiental não foram aquelas que apresentaram o maior endividamento, com exceção novamente à Irani, que desta vez foi a única entidade que contribui para o acolhimento do pressuposto. Como a referida empresa foi a única que se destacou na divulgação ambiental como também no endividamento, o pressuposto também não foi confirmado, pois o comportamento das demais entidades não remeteu a nenhuma relação entre endividamento e desempenho na divulgação ambiental.

A avaliação do retorno sobre os ativos ao mesmo tempo em que dá o maior destaque para a Aracruz, em 2007, que é terceira companhia do rol das que mais aderiram às diretrizes da *GRI*, elenca também em segundo lugar a Cenibra, que foi a empresa com pior avaliação de desempenho ambiental. Em 2008, após a normalização do ROA em razão das distorções do lucro auferido na crise, teve destaque a empresa Cenibra, que também obteve em 2008 a pior avaliação ambiental. Ademais, analisando-se ainda o pressuposto ROA, a entidade VCP, que apresentou melhor avaliação de divulgação ambiental, ficou em última posição quanto ao retorno sobre ativos. Assim sendo, o pressuposto ROA não estabelece relação com divulgação ambiental.

Mesmo os pressupostos não tendo sido a razão para se explicar a possível relação entre desempenho ambiental e financeiro, a análise das informações das entidades, em caráter ambiental, apontam uma tênue evolução entre 2007 e 2008. Essencialmente, as companhias melhoraram o nível de atendimento aos critérios da *GRI*, muito embora algumas pequenas omissões tenham ocorrido.

O presente estudo faz alusão a um alerta principalmente ao setor de papel e celulose, no sentido de conscientizar as companhias deste segmento de que as informações concernentes nos relatórios possuem o intento de dar subsídio aos *stakeholders*. Os relatórios são documentos que, além de possuírem o papel de “vender” a imagem das companhias, devem também, e de forma prioritária, suprir os usuários com informações e ocorrências relevantes ao longo de um período. Esse ideal se faz importante principalmente em virtude de muitas

informações negativas, ambientais e financeiras, terem sido omitidas. Em muitos relatórios analisados, verificou-se que as entidades não primaram pelo equilíbrio das informações prestadas. Algumas empresas simplesmente não citaram nenhum acontecimento oneroso, de nenhuma espécie.

Ainda assim, as entidades, com alguma exceções como Orsa e Cenibra, obtiveram êxito na prestação de contas. A empresa Irani, por exemplo, teve seu relatório de sustentabilidade figurado entre os 10 líderes em *ranking* realizado em parceria pela brasileira FBDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) e a consultora anglo-americana *SustainAbility*. Em meio a este contexto, mesmo que a preocupação com a sustentabilidade por parte das companhias ser um fato relativamente novo, nota-se que muitas delas têm demonstrado interesse em se adaptar às normas nacionais e internacionais.

Um aspecto que não pode deixar de ser debatido, identificado com sérios problemas nos relatórios de todas as companhias, é sobre a divulgação de informações sociais. Conforme afirma Freeman (2000) a gestão deve se basear em demandas que satisfaçam os interessados no negócio, como acionistas, clientes, fornecedores e comunidade. Mais do que isso, a divulgação das informações também se faz importante para atingir essas demandas. Nos relatórios de sustentabilidade, as empresas apresentaram pior avaliação no tópico de informações sociais. Pouco se informou sobre benefícios, relação de remunerações elevadas, análises de desempenho e treinamentos, informações que certamente são aspiradas pelos *stakeholders*, principalmente sociedade e empregados.

O fato de se rejeitar os pressupostos do estudo não reduz a contribuição da presente pesquisa, pois o resultado denota que as corporações do setor de papel e celulose, mesmo tendo apresentado evolução - na maioria dos casos, ainda estão aquém do que esperado.

Notou-se também, em algumas situações, a falta de estrutura ou de integração para informar de maneira mais adequada. Muitos procedimentos e informações precisam ser registrados e divulgados, no entanto, os sistemas de gestão muitas vezes não fornecem as informações no formato apropriado e o custo para modelar e levantar os dados nem sempre é viável para a gestão.

A explicação que se chega é que as corporações estão investindo e se adaptando aos padrões de sustentabilidade à sua maneira, de acordo com suas condições, sejam elas financeiras, administrativas, políticas e filosóficas, não obstante, ainda há muito para se evoluir.

Recomenda-se para futuros estudos a ampliação da amostra de forma a comparar o resultado das empresas nacionais com a de outros países, que desenvolvam o mesmo tipo de atividade. E, aprofundar o estudo para analisar o efetivo grau de influência das variáveis utilizadas, faturamento, retorno sobre investimento e endividamento, nas decisões das corporações sobre a adoção de princípios de sustentabilidade. Outro aspecto que pode contribuir para o aprofundamento da análise dos resultados é a ampliação do período de abrangência, pois como ainda é recente o fato de as empresas se utilizarem da publicação de relatórios anuais de sustentabilidade, isso pode indicar que, com o passar dos anos, pode-se esperar a tendência de haver um incremento na prestação dessas informações.

REFERÊNCIAS

AERTS, Walter e CORMIER, Denis. Media legitimacy and corporate environmental communication. In **Accounting, Organization and Society**, 34. 2009, 1-27. Disponível em www.elsevier.com/locate/aos.

Banco Central do Brasil - **Índices e Indicadores Econômicos**. Disponível em (<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>). Acesso em 27/06/2009.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – **Índices e Indicadores Econômicos**. Disponível em (<http://www.bndes.gov.br/Moedas/um760.txt>). Acesso em 27/06/2009.

BELLEN, H. M. V. **Aplicação de indicadores de desenvolvimento sustentável como sistema de apoio à decisão**: uma reflexão sobre suas possibilidades e limitações. In: XXVIII Enanpad, 2004, Curitiba. Anais Enanpad, 2004.

BETTMAN, J. R.; WEITZ, B. A. **Attributions in the board room: causal reasoning in corporate annual reports**. Administrative Science Quarterly. Vol. 28. 1983.

BORBA, Paulo da Rocha Teixeira. **Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOWEN H. R. **Social responsibilities of the businessmen**. New York: Harper & Row, 1953.

BRASIL. Lei 10.165/2000. **Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10165.htm. Acesso em 23.02.2009.

CARROL, A.B. **Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct**. Business Society, n. 38, 268p. 1999.

CIOFI, José Leandro; RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTONI, Carla; BONFANTE, Talia. **Um estudo comparativo entre a sustentabilidade das companhias de papel e celulose e suas informações contábil-financeiras**. In anais da ANPAD 2009.

CLARO, P.B. de O.; CLARO, D. P.; AMANCIO, R. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008.

CHO, Charles H. e PATTEN, Dennis M. The role of environmental disclosure as tools of legitimacy: a research note. In **Accounting, Organization and Society**, 32. 2007, 639-647. Disponível em www.elsevier.com/locate/aos.

COLLIS, J. e HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, Rodrigo Simão e MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. In **Revista Contabilidade e Finanças**. N.43, p.20-33, jan/abr/2007.

DIAS, Lidiane N.S., SIQUEIRA, José Ricardo M. e ROSSI, Mônica Z.G. Balanço social: a utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em empresas brasileiras. In Anais do Enanpad 2006.

Equator Principles. A Benchmark for the Financial Industry to Manage Social and Environmental Issues in Project Financing. Disponível www.equator-principles.com. Acesso em 19.05.2009.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** Tese de doutorado apresentada à FEA/USP. São Paulo, 2009.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. **Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure**. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 8, p.47-77, 1995a.

Global Reporting Initiative (GRI). Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Disponível em www.globalreporting.com. Acesso em 27.02.2009

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. www.ibgc.org.br. Acesso em 23.02.2009.

KRAEMER, M. E. P. O balanced scorecard e seu impacto na contabilidade gerencial. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v.13, n.3, p.53-70, dez., 2002.

KOUHY, Reza; PARSA, Sepideh. **Disclosure of social information by UK companies - a case of legitimacy theory.** September/2001. Disponível em: [http://mubs.mdx.ac.uk/research/Discussion Papers/Accounting and Finance](http://mubs.mdx.ac.uk/research/Discussion%20Papers/Accounting%20and%20Finance)

MCGUIRE, J. B.; SUNDGREN, A.; SCHNEEWEIS, T. **Corporate social responsibility and financial performance.** Academy of Management Journal, v. 31, n. 4, p. 854-872, 1988.

MCGUIRE, Joseph W. **Business and society.** New York: McGraw-Hill, 1963.

Mckinsey & Company. **Investors Opinion Survey (2000).** Disponível em <http://www.mckinsey.com>. Acesso em 27/05/2009.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise de conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** Tese de doutorado apresentada à FEA/USP, 2002.

O'DONOVAN, Gary. **Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory.** Accounting, Auditing & Accountability Journal. 2002.

PATTEN, B.C. 1991. **Network ecology: indirect determination of the life-environment relationship in ecosystems.** In: M. Higgashi & T.P.Burns (eds.). *Theoretical studies of ecosystems: The network perspective.* Cambridge University Press, pp 288-351.

PESQUEX, Yvon; DAMAK-AYAD, Salma. **Stakeholder theory in perspective.** Corporate Governance, Bradford, v.5, 2005.

Relatório de Brundtland (1987). Associação Nacional de Biossegurança. Disponível em http://www.anbio.org.br/bio/biodiver_not110.htm. Acesso em 23/03/2009.

SALLOTI, Bruno Meireles e YAMAMOTO, Mariana Mityo. Ensaio sobre a teoria da divulgação. In **Brazilian Business Review – BBR.** Vol.21, n.1, pp. 53-70, jan/jun/2005. Disponível em www.bbronline.com.br, acesso em 23.02.2009.

SILVA, Christian Luiz da (org.). **Desenvolvimento sustentável – Um modelo analítico, integrado e adaptativo.** Vozes, Petrópolis, 2006.

WADDOCK, S. & GRAVES, S. (1997). **The Corporate Social Performance – Financial Performance Link.** Strategic Management Journal, 18 (4), 303-319.

Apêndice I

Indicadores GRI Ano 2007		0 = não reportado; 1 = informado; NA = não aplicável; IP = informação parcial	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Conteúdo	Relevância		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Inclusão dos Stakeholders		1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0
	Contexto da sustentabilidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Abrangência		1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
Qualidade	Equilíbrio		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	Comparabilidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Precisão		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
	Periodicidade		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
	Clareza		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Limite	Fidedignidade		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
	Inclusão das entidades impactantes na sustentabilidade		1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
	Entidades em que exerce controle - indicadores de desempenho operacional		1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
	Entidades em que exerce influência - abordagem de gestão		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Entidades associadas a grandes desafios da organização		1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Perfil	Declaração da sustentabilidade do negócio pela pessoa de maior poder		1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	0,5
	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0
Perfil organizacional	Denominação da organização relatora		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Principais marcas/produtos/serviços		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
	Estrutura operacional		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Localização da sede social		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Número de países em que opera		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Tipo e natureza jurídica		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
	Mercado atendido		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Dimensão da organização		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Principais alterações de porte e de estrutura do período		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Prêmios recebidos		1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
Parâmetros para o relatório	Perfil do relatório	Período coberto	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Data do último relatório publicado	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Ciclo de publicação do relatório	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Contato para perguntas referentes ao relatório	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Âmbitos e limites	Processo de definição do conteúdo	0,5	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	0,5
		Limite do relatório	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0
		Limitações específicas	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0
		Base para elaboração	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Técnicas de medição	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Explicação de efeitos de reformulação	NA	1,0	NA	NA	NA	NA	NA
		Alterações significativas	1,0	1,0	1,0	1,0	NA	NA	NA
	GRI context index		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Verificação		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Governança, compromissos e envolvimento	Governança	Estrutura de governança	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Indicação se o cargo de presidente e diretor do conselho de administração é ocupado por	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Número de membros independentes	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0
		Relação de remunerações mais elevadas	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Processos para evitar conflitos de interesse	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Processo da qualificação e competências exigidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Desenvolvimento interno de declarações (missão, código de conduta)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Processos de supervisão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Processo de auto-avaliação de desempenho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Forma de adoção do princípio da precaução	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Compromissos Compromissos externalidades	Compromissos com iniciativas externas	Cartas, princípios e outras iniciativas	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Participação significativas em associações	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
Engajamento com stakeholders	Envolvimento das partes interessadas	Relação dos grupos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Identificação e seleção	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Abordagens utilizadas	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Questões e preocupações identificadas	1,0	1,0	1,0	0,5	0,0	1,0	0,0
Abordagem de gestão e indicadores de desempenho		Divulgação das tendências	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Utilização dos protocolos	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Agregação da informação	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Apresentação da informação	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Métrica	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Econômicos	Desempenho econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Implicações financeiras/riscos/oportunidades devido alterações climáticas	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0
		Cobertura do plano de benefícios	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
		Apoio financeiro do governo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Presença no mercado	Proporção entre o salário mais baixo e o mínimo	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Políticas, práticas e proposição de gastos com fornecedores	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Procedimentos para contratação local	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Desenvolvimento/impacto dos investimentos em infra-estrutura	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Ambientais	Materiais	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Materiais utilizados	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
	Energia	Materiais provenientes de reciclagem	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Consumo direto discriminado por fonte de energia	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Consumo indireto discriminado por fonte de energia	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0
		Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que use	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Água	Total de retirada de água por fonte	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Biodiversidade	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas pro	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0
		Descrição de impactos significativos da biodiversidade de atividades, produtos e serviç	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
		Habitats protegidos ou restaurados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversid	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5
	Emissões, efluentes e resíduos	Número de espécies da lista vermelha pelo nível de risco	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Emissões de gases de efeito estufa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Emissões indiretas	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,5
		Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		NOX, Sox e Outras emissões significativas	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Descarga total de água por qualidade e destino	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Quantidade total de resíduos	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Número e volume total de derrames significativos	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0
		Peso dos resíduos transportados	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
		Identificação dos corpos d'água e habitats	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Produtos e serviços	Iniciativa para mitigar os impactos de produtos e serviços	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Porcentagem recuperada de produtos vendidos	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	Conformidade	Número de sanções não-monetárias por não cumprimento das leis e regulamentos ambi	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Transporte	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais u	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Geral	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0

(continua)

Social	Desempenho de práticas	Emprego	Discriminação da mão-de-obra total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
			Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
			Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral não oferecidos aos temporários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	
	Laborais e trabalho condigno	Relação entre funcionários e administração	% de trabalhadores abrangidos por contratação coletiva	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,5	
		Segurança e saúde no trabalho	% de empregados representados por comités formais	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Taxa de lesões, doenças, óbitos relacionados com trabalho	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
			Programas de educação, formação, prevenção e controle de riscos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
			Temas relativos a segurança e saúde coberto por acordos formais com sindicatos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Médias de hora de formação, por ano, discriminado por categorias de funções	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
		Formação e educação	Programa de gestão de competência e aprendizagem contínua	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	
			% de empregados que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Diversidade e igualdade de oportunidade	Composição dos grupos responsáveis pela GC	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Discriminação do salário/trabalho base entre homens e mulheres		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	
	Direitos humanos	Práticas de investimentos de aquisições	% e número total de contratos de investimetnos relacionados aos direitos humanos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			% de principais fornecedores submetidos à avaliações de direitos humanos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
		Não-discriminação	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Liberdade de associação	Operações identificadas em que o direito de liberdade estava em risco	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Trabalho infantil	Risco significativo de ocorrência	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Trabalho forçado/escravo	Risco significativo de ocorrência	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
			Práticas de segurança	% de pessoal de segurança submetido a treinamento	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Direitos indígenas	Total de casos de violação do direito dos povos indígenas	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			Sociedade	Comunidade	Programas e práticas para avaliar e gerir impactos na comunidade	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0
	Corrupção	% e número total de negócios com risco de corrupção		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
		% de trabalhadores com formação nas políticas e prátias anti-corrupção]		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Medidas tomadas em resposta de casos de corrupção		1,0	NA	NA	0,0	0,0	NA	1,0	
	Políticas públicas	Posições quanto a políticas públicas		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
		Contribuições financeiras para partidos políticos		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
	Concorrência desleal	Número total de ações judiciais por concorrência desleal		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
	Conformidade	Montante de multas significativas		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
	Saúde e segurança do cliente	Indicação dos ciclos de vida do produto		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Total de casos de não-conformidade com regulamentos		1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
	Rotulagem de produtos e serviços	Tipos de informações sobre serviços e produtos exigidas por regulamentos		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	
		Total de casos de não-conformidade com regulamentos		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
		Práticas relacionadas com a satisfação do cliente		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	
	Comunicações de MKT	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários ref. MKT		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Total de casos de não-conformidade com regulamentos		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
	Privacidade do cliente	Total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Conformidade		Valor monetário das multas por infração relacionada a produtos e serviços	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL ABSOLUTO				104,5	117,5	105,5	57,5	39,5	98,5	65,5	
TOTAL N.A				1,0	1,0	2,0	1,0	2,0	3,0	2,0	
TOTAL RELATIVO				7,57	8,51	7,70	4,17	2,88	7,24	4,78	

Indicadores GRI		Ano 2008	0 = não reportado; 1 = informado; NA = não aplicável; IP = informação parcial	Aracruz	Irani	Suzano	Klabin	Cenibra	VCP	Orsa
Conteúdo		Relevância		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Inclusão dos Stakeholders		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Contexto da sustentabilidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Abrangência		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Qualidade		Equilíbrio		1,0	0,0	0,5	0,0	0,0	1,0	1,0
		Comparabilidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Precisão		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Periodicidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Clareza		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Fidedignidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Limite		Inclusão das entidades impactantes na sustentabilidade		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Entidades em que exerce controle - indicadores de desempenho operacional		1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0
		Entidades em que exerce influência - abordagem de gestão		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Entidades associadas a grandes desafios da organização		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Perfil		Declaração da sustentabilidade do negócio pela pessoa de maior poder		0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0
		Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Perfil organizacional		Denominação da organização relatora		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Principais marcas/produtos/serviços		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,5
		Estrutura operacional		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Localização da sede social		0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Número de países em que opera		0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Tipo e natureza jurídica		0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Mercado atendido		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Dimensão da organização		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Principais alterações de porte e de estrutura do período		1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Prêmios recebidos		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Parâmetros para o relatório	Perfil do relatório	Período coberto		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Data do último relatório publicado		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Ciclo de publicação do relatório		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Contato para perguntas referentes ao relatório		1,0	0,5	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Âmbitos e limites	Processo de definição do conteúdo		1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0
		Limite do relatório		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Limitações específicas		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Base para elaboração		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Técnicas de medição		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Explicação de efeitos de reformulação		NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
		Alterações significativas		NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	GRI context index	Sumário do conteúdo da GRI		0,5	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Política e prática de verificação		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Governança, compromissos e envolvimento	Governança	Estrutura de governança		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Indicação se o cargo de presidente e diretor do conselho de administração é ocupado por		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Número de membros independentes		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Relação de remunerações mais elevadas		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Processos para evitar conflitos de interesse		0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Processo da qualificação e competências exigidas		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
		Desenvolvimento interno de declarações (missão, código de conduta)		1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0
		Processos de supervisão		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Processo de auto-avaliação de desempenho		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Forma de adoção do princípio da precaução		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Compromissos Compromissos externalidades	Compromissos com iniciativas externas	Cartas, princípios e outras iniciativas		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
		Participação significativas em associações		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
				1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Engajamento com stakeholders	Envolvimento das partes interessadas	Relação dos grupos		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Identificação e seleção		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Abordagens utilizadas		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Questões e preocupações identificadas		1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Abordagem de gestão e indicadores de desempenho		Divulgação das tendências		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Utilização dos protocolos		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Agregação da informação		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Apresentação da informação		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Métrica		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
				1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Econômicos	Desempenho econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído		0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0
		Implicações financeiras/riscos/oportunidades devido alterações climáticas		1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Cobertura do plano de benefícios		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
	Presença no mercado	Apoio financeiro do governo		1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Proporção entre o salário mais baixo e o mínimo		1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Políticas, práticas e proposição de gastos com fornecedores		1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	Impactos econômicos indiretos	Procedimentos para contratação local		1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Desenvolvimento/impacto dos investimentos em infra-estrutura		1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos		1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0
Ambientais	Materiais	Materiais utilizados		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0
		Materiais provenientes de reciclagem		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
	Energia	Consumo direto discriminado por fonte de energia		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Consumo indireto discriminado por fonte de energia		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que use		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0
		Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas		1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0
	Água	Total de retirada de água por fonte		0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Biodiversidade	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas pro		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Descrição de impactos significativos da biodiversidade de atividades, produtos e serviço		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Habitats protegidos ou restaurados		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversida		1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0
	Emissões, efluentes e resíduos	Número de espécies da lista vermelha pelo nível de risco		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Emissões de gases de efeito estufa		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Emissões indiretas		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		NOX, Sox e Outras emissões significativas		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Descarga total de água por qualidade e destino		0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Quantidade total de resíduos		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
		Número e volume total de derrames significativos		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		Peso dos resíduos transportados		1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	NA	0,0
		Identificação dos corpos d'água e habitats		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	NA	0,0
	Produtos e serviços	Iniciativa para mitigar os impactos de produtos e serviços		0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Porcentagem recuperada de produtos vendidos		1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	Conformidade	Número de sanções não-monetárias por não cumprimento das leis e regulamentos ambi		1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Transporte	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais u		0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
	Geral	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo		0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0

(continua)

Social	Desempenho de práticas	Emprego	Discriminação da mão-de-obra total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
			Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
			Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral não oferecidos aos temporários	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0
	Laborais e trabalho condigno	Relação entre funcionários e administração	% de trabalhadores abrangidos por contratação coletiva	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
			Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
			% de empregados representados por comitês formais	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Segurança e saúde no trabalho	Taxa de lesões, doenças, óbitos relacionados com trabalho	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
			Programas de educação, formação, prevenção e controle de riscos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
			Temas relativos a segurança e saúde coberto por acordos formais com sindicatos	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Formação e educação	Médias de hora de formação, por ano, discriminado por categorias de funções	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
			Programa de gestão de competência e aprendizagem contínua	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
			% de empregados que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
		Diversidade e igualdade de oportunidade	Composição dos grupos responsáveis pela GC	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
			Discriminação do salário/trabalho base entre homens e mulheres	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
	Direitos humanos	Práticas de investimentos de aquisições	% e número total de contratos de investimentos relacionados aos direitos humanos	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
			% de principais fornecedores submetidos à avaliações de direitos humanos	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0
			Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Não-discriminação	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Liberdade de associação	Operações identificadas em que o direito de liberdade estava em risco	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Trabalho infantil	Risco significativo de ocorrência	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Trabalho forçado/escravo	Risco significativo de ocorrência	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Práticas de segurança	% de pessoal de segurança submetido a treinamento	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
		Direitos indígenas	Total de casos de violação do direito dos povos indígenas	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
	Sociedade	Comunidade	Programas e práticas para avaliar e gerir impactos na comunidade	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
		Corrupção	% e número total de negócios com risco de corrupção	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
			% de trabalhadores com formação nas políticas e práticas anti-corrupção]	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
			Medidas tomadas em resposta de casos de corrupção	0,0	1,0	NA	0,0	0,0	NA	1,0
		Políticas públicas	Posições quanto a políticas públicas	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0
			Contribuições financeiras para partidos políticos	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Concorrência desleal	Número total de ações judiciais por concorrência desleal	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Conformidade	Montante de multas significativas	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,5
		Saúde e segurança do cliente	Indicação dos ciclos de vida do produto	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
			Total de casos de não-conformidade com regulamentos	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
		Rotulagem de produtos e serviços	Tipos de informações sobre serviços e produtos exigidas por regulamentos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Total de casos de não-conformidade com regulamentos			0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
Práticas relacionadas com a satisfação do cliente			1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
Comunicações de MKT		Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários ref. MKT	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
		Total de casos de não-conformidade com regulamentos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	
Privacidade do cliente	Total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0		
Conformidade	Valor monetário das multas por infração relacionada a produtos e serviços	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0		
			TOTAL ABSOLUTO	91,0	109,5	106,0	81,5	55,5	120,0	81,0
			TOTAL N.A	2,0	2,0	3,0	2,0	2,0	5,0	2,0
			TOTAL RELATIVO	6,64	7,99	7,79	5,95	4,05	8,96	5,91